



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Ian de Oliveira Nogueira

**MIGRAÇÃO E TRABALHO:
Imigrantes nigerianos na cidade de São Paulo**

Brasília - DF

2016



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Ian de Oliveira Nogueira

**MIGRAÇÃO E TRABALHO:
Imigrantes nigerianos na cidade de São Paulo**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Brasília - DF

2016



Ian de Oliveira Nogueira

**MIGRAÇÃO E TRABALHO:
Imigrantes nigerianos na cidade de São Paulo**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa – GEA / UnB

Prof.a Dra. Shadia Husseini de Araújo – GEA / UnB

Prof.a Dra. Ana Maria Nogales Vasconcelos – EST / UnB

Prof.a M.^a Rúbia de Paula Rúbio – GEA / UnB

Aprovado em: 08/07/2016

Brasília, 8 de julho de 2016.

À minha amada mãe

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Everaldo Batista da Costa, pelos imprescindíveis ensinamentos, cordialidade e paciência durante a realização do trabalho;

À minha família, pelo apoio e compreensão imprescindíveis durante os incontáveis dias de minha ausência em função das demandas dos últimos semestres do curso e, especialmente, durante o período de desenvolvimento desta pesquisa;

Aos meus queridos amigos que tanto me incentivaram e contribuíram para o desenvolvimento do tema. Suas críticas e seu apoio foram essenciais. Em especial, agradeço ao estimado amigo Matheus pelo apoio e, principalmente, pela disposição durante as viagens a São Paulo e os incansáveis debates e problemáticas em torno do Universo e tudo o que nele há;

À amiga Itunnu, por sua receptividade, paciência e disposição ao fornecer as diversas informações por mim solicitadas;

Aos meus pais, pelo carinho, apoio incondicional e todo o suporte durante a jornada acadêmica.

RESUMO

O trabalho orienta-se conforme a finalidade de analisar o fluxo migratório de nigerianos para o Brasil - sob o eixo econômico Sul-Sul -, mais especificamente para o bairro de Guaianases – São Paulo, no contexto da *reestruturação produtiva*. Portanto, além de contemplar fatores motivadores da saída em massa de nigerianos de seu país, a pesquisa buscou, sob a ótica do trabalho, explicar os processos sociais que engendram as imigrações e estruturam a vida do imigrante no novo lugar. Concentra-se, portanto, no tema da *mobilidade do* trabalho, conforme a interação dada entre mecanismos do mercado e do Estado que orientam realocação das forças de trabalho imigrante na metrópole, tomando-se o caso da presença dos imigrantes nigerianos no bairro de Guaianases. A abordagem desperta atenção para a baixa disponibilidade de dados estatísticos sobre as imigrações contemporâneas no Brasil e a carência de informações acerca da história da imigração negra para os bairros da cidade de São Paulo. Os resultados da pesquisa demonstram que os movimentos migratórios e a realocação de imigrantes nigerianos na cidade de São Paulo ocorrem conforme os padrões da reestruturação produtiva de acumulação capitalista.

Palavras-chave: Trabalho. Migrações internacionais. Mobilidade de trabalho. Reestruturação produtiva.

ABSTRACT

The aim of this work is analyzing the migration of Nigerians to Brazil - by the south-south economic pathway - more specifically to Guaianases neighborhood - São Paulo, in the context of productive restructuring. So in addition to contemplate motivating factors output mass of Nigerians of their country, this survey sought from the work perspective, explain the social processes that engender the immigrations and structure the life of immigrants in the new place. It focuses, therefore, on the issue of labor mobility, as the interaction given between market and state mechanisms guiding the immigrant labor power relocation in the metropolis, taking the case of the presence of Nigerian immigrants in Guaianases neighborhood. The approach arouses attention to the low availability of statistical data on contemporary migrations in Brazil and the lack of information about the history of black migration to the suburbs of São Paulo. The research results show that migration and relocation of Nigerian immigrants in São Paulo occur according to the standards of productive restructuring of capitalist accumulation.

Keywords: Labor. International migration. Labor mobility. Productive restructuring.

LISTA DE GRÁFICOS, FIGURAS E MAPAS

Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição dos deslocamentos populacionais (2013).....	345
Gráfico 2 – Solicitações de refúgio no Brasil (2010-2015).....	48
Gráfico 3 - Solicitações de refúgio por país de origem (não incluídas solicitações do Haiti).....	49
Gráfico 4 – Crescimento do envio de remessas para a Nigéria.....	53
Gráfico 5 – Os 10 maiores receptores de remessas (2015).....	53

Figuras

Figura 1 – Lancheonete se torna ponto de encontro de imigrantes nigerianos no Centro de São Paulo.....	50
Figura 2: Avenida Sansão Castelo Branco em Guaianases.....	55
Figura 3 – Imigrantes caminham ao lado da Estação Terminal Guaianases – CPTM ...	57
Figura 4 – Imigrante nigeriano durante chamada em celular na Avenida Sansão Castelo Branco.....	58
Figura 5 – Cartão de visitas de Lan House.....	59
Figura 6 - Anúncio de igreja nigeriana do bairro (Glorious Destiny Assembly)	61

Mapas

Mapa 1 - Mapa Político da Nigéria.....	69
--	----

LISTA DE SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OBMigra – Observatório das Migrações

OIM – Organização Internacional para Migrações

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

WMR – World Migration Report

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 - Justificativa.....	14
1.2 - Objetivo Geral	15
1.3 - Objetivos Específicos	15
1.4 - Hipótese.....	15
1.5 – Procedimentos Metodológicos.....	16
1.6 - Estrutura do Trabalho	17
2. O ESTUDO DOS FENÔMENOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEOS	18
2.1 – A Geografia e a questão migratória	18
2.2 – Ontologia do ser social, trabalho e capitalismo: para uma análise crítica acerca das migrações internacionais contemporâneas	23
2.3 – A reestruturação produtiva, o transnacionalismo e as redes migratórias contemporâneas	28
3. A MOBILIDADE DO TRABALHO E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS	32
3.1 - Das tendências migratórias atuais.....	32
3.2 – Direitos humanos, Migrações e Estado.....	37
3.2.1 – Sobre as políticas migratórias restritivas contemporâneas.....	40
3.3 – A Nigéria e as emigrações internacionais.....	42
4. NIGERIANOS NO BRASIL: TRAVESSIAS E ASPIRAÇÕES.....	44
4.1 – Imigração e políticas migratórias no Brasil	44
4.1.1 – Nigéria: sobre as solicitações de refúgio no Brasil	46
4.2 – Considerações sobre a inserção do imigrante no mercado de trabalho brasileiro	49
4.2.1 – Remessas de recursos dos imigrantes nigerianos em diáspora	51
4.3 – Guaianases: a formação de um novo bairro imigrante.....	53
4.3.1 – Identificando o bairro	53
4.3.2 – Imigrantes nigerianos em Guaianases	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

1. INTRODUÇÃO

Durante as primeiras décadas do século XXI, as discussões em torno da questão migratória atingem maiores proporções e tornam-se pouco a pouco mais complexas. Migrantes e refugiados delimitam no espaço redes de deslocamento, motivados pela necessidade de garantirem dignidade à reprodução de suas vidas. A intensificação dos fluxos e a emergência de crises configuradas no âmbito das migrações internacionais contemporâneas devem ser pensadas além de uma perspectiva centrada em eventos naturais da mobilidade humana, mas como fenômeno engendrado em relações socioeconômicas a nível global, estruturado conforme as demandas e dinâmicas produtivas inerentes ao modo de produção capitalista. Logo, neste trabalho, abordaremos as migrações enquanto um fenômeno decorrente de processos contraditórios e excludentes associados à reprodução do capital. De acordo com essa ótica, numa menção ao fenômeno migratório no contexto das políticas econômicas neoliberais, Bauman (2007, p. 39) pontua:

As guerras e os massacres tribais, a proliferação de "exércitos de guerrilheiros" ou gangues de criminosos e traficantes de drogas posando de defensores da liberdade, ocupados em dizimar as fileiras uns dos outros, mas absorvendo e, no devido tempo, aniquilando nesse processo o "excedente populacional" (principalmente os jovens, que não conseguem emprego e não têm perspectivas) - essa é uma das "quase-soluções locais para problemas globais", distorcidas e perversas, a que os retardatários da modernidade são obrigados a recorrer, ou melhor, acabam recorrendo. Centenas de milhares de pessoas, às vezes milhões, são escorraçadas de seus lares, assassinadas ou forçadas a buscar a sobrevivência fora das fronteiras de seu país. Talvez a única indústria florescente nas terras dos retardatários (conhecidas pelo apelido, tortuoso e frequentemente enganoso, de "países em desenvolvimento") seja a produção em massa de refugiados.

A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva, dada na transição entre o modelo fordista e a acumulação flexível, apresenta-se necessária à reprodução capitalista e atinge maior expressividade nos países ditos "desenvolvidos" economicamente (GAUDEMAR, 1977). Esses que por sua vez valem-se da mão-de-obra imigrante, gerando, muitas vezes, um estoque de força de trabalho sujeito às demandas de subempregos.

De acordo com Sayad (1998, p. 55), a presença do imigrante é condicionada e só é tolerada mediante o trabalho. Portanto, a mão-de-obra que mais se apresenta vulnerável aos momentos de crise é a imigrante. Os países mais afetados por crises

econômicas tendem a adotar medidas de restrição sobre a entrada de imigrantes, muitas vezes reduzindo o número de concessões de refúgio aos solicitantes e reforçando o monitoramento sobre suas fronteiras. Sobretudo mediante tais condições, a questão migratória passa a ser encarada como um problema pelo poder público e a sociedade civil.

A presença de imigrantes no mercado de trabalho é, muitas vezes, vista como uma ameaça pelos cidadãos locais e motiva atos de intolerância de ordem étnica, racial ou religiosa ¹. Em sua tese intitulada *Dois séculos de imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015*, Campos (2015), mediante a análise de publicações acerca dos fluxos migratórios realizadas pela imprensa brasileira entre 1808 e 2015, identifica traços bem definidos de um racismo estrutural que persiste na sociedade até os dias atuais. Conforme as abordagens analisadas, o autor sintetiza os valores disseminados pela imprensa acerca do imigrante, no que diz respeito à sua construção enquanto sujeito social (CAMPOS, 2015, p. 528):

:

Os imigrantes não são seres humanos, mas “braços”. Não migram, são “importados”. Devem ser parte de uma “multidão trabalhadora”, mas nunca os “perturbadores da ordem”. Devem ser “morigerados” e “industriosos”, mas, se reivindicam direitos, são classificados como “agitadores” e “anarquistas”. Devem ser “assimiláveis”, sob o risco de suas comunidades se tornarem indesejáveis “quistos étnicos”.

No contexto da reestruturação produtiva, além de apresentar um quadro de instabilidade política ao norte de seu território, a Nigéria registra a produção contínua de grandes contingentes de desempregados, que por sua vez migram para outros países em busca de oportunidades de trabalho.

O Brasil, por sua vez, encontra-se inserido no sistema de migrações internacionais. Seja enquanto ponto de origem ou chegada, a imigração e as migrações de retorno ocorrem concomitantemente. Entre 2010 e 2015, o Brasil registrou o aumento de solicitações de refúgio por parte dos nigerianos - dentre solicitantes de outras nacionalidades (CONARE, 2016). São Paulo registra a entrada de grande parcela desses imigrantes, que por sua vez já constituem expressivas comunidades no local. A cidade dispõe de diversos centros de referência e acolhida de imigrantes e vagas de emprego.

¹ “Violência contra migrantes aumenta na Escandinávia e na Alemanha”. Disponível em: <<http://br.rfi.fr/europa/20160211-violencia-contra-migrantes-aumenta-na-escandinavia-e-na-alemanha>>. Acesso em: 13/06/2016.

Logo, é no contexto da mobilização do trabalho na reestruturação produtiva, que, o fluxo migratório de nigerianos para o Brasil, tomando enquanto caso de análise a chegada desses imigrantes à cidade de São Paulo e, mais especificamente, ao bairro de Guaianases.

1.1 - Justificativa

O estudo das migrações compõe um importante campo que privilegia a análise de processos que caracterizam a modernidade. Temas como globalização, trabalho e desenvolvimento econômico encontram-se inevitavelmente articulados à compreensão das grandes transformações e processos ocorridos no início do século XX e início do XXI. Desse modo, as migrações precisam ser compreendidas e analisadas com base nas mudanças ocorridas ao longo dos tempos, sejam elas no âmbito econômico, social, laboral e político.

A questão migratória se consagra enquanto tema discussão em âmbito acadêmico e político, seja em decorrência do crescimento das taxas emigração brasileira para outros países, seja devido aos crescentes fluxos de imigração direcionados aos grandes centros urbanos brasileiros. No Brasil, um momento de recém-chegada de imigrantes de variados países da África Ocidental registra-se de forma expressiva desde o ano de 2010 (CONARE, 2016). Tais fluxos migratórios apresentam grande crescimento desde então, seja devido a tensões geradas por conflitos religiosos, baixa oferta de vagas de trabalho ou instabilidade política nos países de origem dos migrantes.

As capitais brasileiras encontram um segundo momento de imigração e se fortalecem enquanto destinos entre as rotas de migração africana. São Paulo oferece grande número de vagas de emprego para imigrantes, que por sua vez são inseridos conforme as dinâmicas e demandas de trabalho da cidade. Dentre os grupos de imigrantes da África Ocidental presentes na cidade, a comunidade nigeriana se destaca pelo constante crescimento, conforme verificado no bairro de Guaianases. É válido destacar a escassez de estudos sobre as migrações nos bairros da periferia de São Paulo.

Portanto, é sob a ótica do trabalho, no contexto da *reestruturação produtiva* que nos propomos a analisar a constituição de um fluxo migratório nigeriano para o Brasil, mediante a identificação de uma comunidade nigeriana na cidade de São Paulo (a de Guaianases).

A relevância da análise sobre tais fluxos se apresenta no sentido da compreensão de um novo fenômeno a se integrar à dinâmica demográfica do Brasil. O desenvolvimento de estudos acerca do fenômeno migratório em âmbito regional e local - conforme a identificação do caso dos nigerianos em São Paulo, no bairro de Guaianases - também podem compor contribuições para a construção de uma historiografia mais abrangente nessas escalas.

1.2 - Objetivo Geral

O presente estudo tem por objetivo analisar a mobilidade da força de trabalho dos imigrantes africanos no Brasil, a partir do caso dos nigerianos na cidade de São Paulo.

1.3 - Objetivos Específicos

- 1) Caracterizar os principais estudos realizados em torno dos movimentos migratórios internacionais contemporâneos no âmbito das ciências sociais, sobretudo na Geografia;
- 2) Interpretar os fatores envolvidos na inserção dos trabalhadores imigrantes nigerianos no mercado de trabalho da cidade de São Paulo;
- 3) Identificar a formação de uma comunidade de imigrantes nigerianos na cidade de São Paulo;
- 4) Identificar perspectivas e vivências dos imigrantes acerca de sua trajetória pessoal e da realização de seus projetos de vida.

1.4 - Hipótese

O fluxo migratório de nigerianos para o Brasil, mais especificamente para a cidade de São Paulo apresenta elementos que caracterizam a mobilização de forças de trabalho em função das demandas do capital, favorecendo o processo de reestruturação produtiva.

1.5 – Procedimentos Metodológicos

Pesquisa bibliográfica

Vislumbrando o objetivo central deste estudo - o de analisar a mobilidade da força de trabalho dos imigrantes africanos no Brasil, a partir do caso dos nigerianos na cidade de São Paulo -, buscaremos incorporar à pesquisa bibliográfica a perspectiva de autores que definam a centralidade e o caráter ontológico da categoria trabalho para, assim, avançarmos para as noções em torno das migrações no mundo contemporâneo enquanto mobilidade das forças de trabalho. Desse modo, iremos dispor de recursos iniciais necessários à abordagem que se seguirá.

Esta pesquisa tomará as contribuições dadas pelo materialismo histórico e, portanto, irá abordar a intensificação da mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva capitalista, compreendendo abordagens acerca do modelo de *acumulação flexível*, a fim de compreender como as demandas por força de trabalho podem orientar os deslocamentos populacionais no contexto produtivo do capitalismo.

Por fim, traremos à discussão, em paralelo com os dados empíricos apresentados ao decorrer da pesquisa, bibliografia referente à condição social do ser imigrante em um novo lugar, para que se tenha uma compreensão dos fatores que engendram as migrações e tornam o estrangeiro em um imigrante.

Pesquisa documental

Em uma etapa inicial de aproximação com o problema, consultas a relatórios referentes aos fluxos migratórios laborais serão realizadas, para que se estabeleça uma noção dos sentidos que a rede migratória contemporânea tem atingido nas últimas décadas.

Dados estatísticos referentes às solicitações de refúgio e cidadania no Brasil, juntamente a dados referentes à inserção do imigrante no mercado de trabalho brasileiro também se apresentam pertinentes à construção do corpo da pesquisa, no sentido de compor instrumentos para a caracterização da ordem dos fluxos migratórios verificados no país.

Pesquisa de campo

No que se refere a um dos objetivos específicos – o de identificar a presença de uma comunidade nigeriana na cidade de São Paulo, a fim de caracterizar feições desse

fluxo migratório - será elaborado um questionário semiestruturado que irá fundamentar os diálogos realizados com os imigrantes nigerianos no bairro de Guaianases. As entrevistas serão registradas em áudio, mediante autorização do entrevistado. As perguntas que irão compor tais entrevistas deverão contemplar aspectos ligados às suas trajetórias pessoais e percepções individuais em relação às relações de trabalho na cidade, ao Estado brasileiro, e à mobilidade social. Tais procedimentos serão realizados com o intuito de identificar possíveis feições da reestruturação produtiva e da acumulação flexível em nível local.

1.6 - Estrutura do Trabalho

Este estudo encontra-se organizado da seguinte forma:

O *primeiro capítulo* contém a problemática do fenômeno em estudo, sua contextualização, justificativa, objetivos e hipóteses, os procedimentos metodológicos empregados para o seu desenvolvimento e a própria estrutura do trabalho;

O *segundo capítulo* apresenta uma abordagem concentrada na definição da categoria trabalho, que será primordial para o desenvolvimento da pesquisa. Por conseguinte, iremos explicar as migrações sob a influência da reestruturação produtiva, através do conceito de mobilidade do trabalho;

O *terceiro capítulo* apresenta as tendências migratórias contemporâneas a partir do processo de reestruturação produtiva e constituição de novos eixos migratórios. Serão abordados, por conseguinte, a relação entre os direitos humanos, o Estado e as políticas migratórias restritivas conforme o atual contexto produtivo e um breve panorama em torno dos fatores que envolvem as emigrações na Nigéria;

O *quarto capítulo* irá contextualizar as imigrações de nigerianos para o Brasil, segundo as políticas migratórias nacionais e as principais formas de inserção do imigrante nigeriano no mercado de trabalho. Esse momento da pesquisa é dedicado à análise das características da imigração conforme a lógica da reestruturação produtiva, realizada em âmbito local, envolvendo a presença dos imigrantes nigerianos no bairro de Guaianases;

O *quinto* e último capítulo reúne as considerações finais do trabalho.

2. O ESTUDO DOS FENÔMENOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

2.1 – A Geografia e a questão migratória

Apesar da evidência que os fluxos migratórios atingem a partir do início do século XX, sobretudo no contexto europeu, a história das teorias sobre as migrações apresenta-se imprecisa. O estudo do fenômeno migratório não se constituiu, até aqui, como tema central exclusivo a uma única disciplina, porém, como tema secundário de diversos autores clássicos das ciências sociais. A ciência geográfica, entretanto, tem se revelado a que, talvez, mais autores tenham tratado da questão migratória, dada a relação direta dos processos dessa ordem com o espaço e o território. Embora a questão migratória não apresente vínculos disciplinares claramente delimitados e não tenha atingido a mesma autonomia metodológica que outros temas abordados desde os estudos clássicos das ciências sociais, seu estudo é beneficiado pela interdisciplinaridade, visto a contribuição dada por diversas perspectivas teóricas (PEIXOTO, 1998). Portanto, a migração pode constituir: um problema demográfico visto a sua relação com a origem e o destino das populações; questão de ordem econômica, compreendendo a forma como as alterações nas dinâmicas populacionais correspondem a processos dados nessa esfera; problema de ordem política, na medida em que as migrações internacionais envolvem normas, dinâmicas e legislações específicas; assunto e objeto de análise para a psicologia social, em que os processos de tomada de decisões e o comportamento apresentado pelo imigrante atingem tal domínio, podendo determinar as relações do indivíduo com o novo meio; e, por fim, uma questão sociológica, uma vez que, além do imigrante, a estrutura social e os padrões culturais são afetados pela migração, tanto nos lugares de origem como de destino (JANSEN, 1969).

Entre os aspectos tocantes à história propriamente dita do estudo do fenômeno migratório, nota-se a peculiaridade da questão em âmbito acadêmico, que remete ao contexto da Revolução Industrial e nos sugere um enquadramento disciplinar inicial. Ravenstein, geógrafo cartógrafo alemão, é o único considerado clássico entre os teóricos da migração. Seus estudos concentram-se em aspectos ligados à seletividade dos migrantes. Atributos individuais dos migrantes, tais como gênero, atividade profissional e faixa etária, figuram como determinantes para a seleção positiva, de acordo com as publicações do autor.

Ravenstein (1885 e 1889) elabora dois estudos que enumeram leis gerais das migrações internas e internacionais. Suas formulações consistiam em deduções baseadas na realidade empírica, se fundamentando na análise dos dados censitários britânicos de 1871 e 1881. Para tal formulação, o autor pressupõe estreita relação entre os processos migratórios e o desenvolvimento do capitalismo.

As mencionadas leis determinam os processos de mobilização populacional e se apresentam sob a seguinte forma: 1) as migrações predominantes consistem em deslocamentos de curta distância, sendo orientadas para os centros industriais e comerciais; 2) os deslocamentos populacionais se dão por etapas. A atração de imigrantes para uma determinada cidade tem seu início na região periférica e se estende de modo gradativo a lugares mais distantes; 3) a criação de correntes migratórias implica no surgimento de uma corrente inversa compensatória, de menor intensidade no sentido contrário; 4) a população rural apresenta maior propensão à migração; 5) migrantes do sexo feminino predominam nos trajetos curtos; 6) o desenvolvimento dado no âmbito da indústria, da tecnologia e dos transportes induz à intensificação dos fluxos migratórios; 7) as migrações ocorrem predominantemente por motivo econômico, em que o migrante busca melhorias em suas condições materiais (BIAGIONI, 2010).

Considerando o contexto de Revolução Industrial em que foram concebidas essas leis, onde a migração parte predominantemente do núcleo rural e é direcionada aos centros urbanos em função da expansão industrial e comercial, é válido reconhecer as inovações lançadas pelo teórico para o estudo das migrações. As leis da migração propostas por Ravenstein (1885) inauguram uma perspectiva de análise das migrações de forma relacionada à lógica de expansão capitalista e sua constante demanda pela mercadoria força de trabalho. Além disso, um dos mais importantes aspectos propostos pelo autor para o estudo das migrações, e que veio a constituir base teórica para tal, é a criação de um modelo de atração-retração. Os modelos desta ordem que sucedem, demonstram clara filiação ao arcabouço fundado pelo autor, propondo uma análise estrutural da existência de localidades com características econômicas desiguais.

Com base nas proposições apresentadas acima, são estabelecidas as distintas perspectivas teóricas neoclássico-funcionalistas e estruturalistas. Para a caracterização e apresentação de cada uma delas, nos basearemos na análise de Oliveira (2011), em *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*, apresentando uma contraposição entre os principais elementos teóricos de cada corrente. Entre os autores associados à primeira perspectiva mencionada, Lee (1966), apresenta sua obra em

conformidade com a teoria da modernização. Lee (1966) define a migração como sendo uma mudança permanente, em que todo movimento migratório apresenta-se composto por fatores de atração e repulsão e variados obstáculos intervenientes. Dada a ação dos mencionados fatores já abordados, juntamente aos obstáculos intervenientes à migração, o indivíduo pode se enquadrar, portanto, como um migrante real ou potencial.

A decisão de migrar corresponde, portanto, ao saldo a favor do deslocamento, que deve superar o desejo do indivíduo de permanecer no local de origem. Tal abordagem influenciou estudos dos fluxos migratórios originários do campo em direção às cidades, a fim de compreender a mobilização das forças de trabalho que se disponibilizam para a produção manufatureira a partir da década de 1950. Os fatores que determinam as migrações nesse contexto podem ser entendidos através das dinâmicas econômicas distintas apresentadas entre campo e cidade, que por sua vez constituem forças de dispersão e forças de atração, respectivamente. Em termos gerais, a abordagem neoclássica estabelece modelos explicativos em torno da articulação dada entre essas forças, explicando a formação dos fluxos e compreendendo as suas implicações no âmbito e na manutenção do mercado de trabalho. O que se pode destacar das teorias neoclássicas é que elas se concentram nas ações do indivíduo, que por sua vez apresenta capacidade racional de escolher um destino, ponderando vantagens e desvantagens ao migrar para um determinado lugar. De acordo com essa linha teórica, o território oferece o meio para o exercício da liberdade individual. O indivíduo, desse modo, decide migrar a partir de um cálculo de custos, riscos e benefícios, que resultam numa determinada expectativa de retorno, geralmente financeiro, a ser obtido em virtude de seu deslocamento. Os fluxos tendem a ocorrer orientados a destinos específicos, que apresentem produtividade, de acordo com seu nível de desenvolvimento e oportunidades econômicas. Portanto, um indivíduo migrante, iria considerar e tecer especulações em torno de seu possível salário e dos custos do próprio movimento.

Em contrapartida, apresenta-se como uma das mais importantes contribuições ao estudo das migrações, sobretudo a respeito das migrações internas nos países em desenvolvimento, a obra de Singer (1976), orientada pelo viés histórico-estruturalista. Tal perspectiva analisa o fenômeno migratório por um viés social, conforme verificado em autores assim como Germani (1974). A abordagem vislumbra funções e relações entre todos os elementos de um dado sistema. Tem-se aqui a necessidade de uma compreensão não limitada aos aspectos aparentes e macroestruturais do fenômeno.

Segundo essa corrente teórica, as migrações não correspondem a um processo de decisões individuais, mas a um conjunto de deslocamentos de um determinado grupo em função das dinâmicas estruturais de um sistema.

Germani (1974) aborda a migração como um processo de mobilização social. Segundo o autor, a análise de tais processos não pode se reduzir à identificação dos fatores de atração ou expulsão, mas pode investigar as condições sociais e culturais que envolvem cada processo. Já para Singer (1976), as migrações atendem a determinações historicamente construídas e a análise dos fenômenos desta ordem não deve dissociar seus aspectos históricos. De acordo com o autor, as migrações apresentam raiz social. Segundo sua abordagem “as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas” (p. 217).

Os fatores associados ao local de origem, segundo Lee (1966), determinam a escolha pela emigração, devido a fatores de expulsão e atração. Essas forças também se manifestam no local de destino. O saldo desses fatores, mediados por obstáculos interpostos entre a origem e o destino, bem como pelos fatores pessoais, determinariam a decisão de migrar e seriam capazes de determinar o sentido do fluxo. Deve-se destacar o caráter central dos elementos modernização e desenvolvimento econômico, apresentados pelas teorias neoclássicas, assim como na abordagem de Lee (1966). Entretanto, na concepção de Singer (1976), o problema central tem raiz nas desigualdades regionais, que compõem o principal motivador para as migrações. Assim como Lee (1966), Singer (1976) também aborda fatores de atração e expulsão, porém, ainda no local de origem, os fatores de expulsão podem ser expressos de duas maneiras: fatores de mudança – determinados pela introdução de relações de produção capitalistas, aumentando a produtividade do trabalho, implicando numa redução do nível do emprego. Com isso, o referido local de origem expulsa camponeses e pequenos proprietários, intensificando os fluxos migratórios, implicando ainda na redução da população rural; e fatores de estagnação – associados à incapacidade de agricultores, em uma economia de subsistência, aumentarem a produtividade da terra. Decorre do impulso dado por tais fatores, uma pressão populacional projetada sobre as terras, que podem estar limitadas por insuficiência física de áreas produtivas ou dominadas por grandes proprietários. Os fatores de estagnação produzem a emigração de parte ou totalidade do acréscimo populacional, resultante do crescimento vegetativo. Singer (1976) destaca que no lugar de destino situam-se os fatores de atração, que orientariam

e atrairiam os fluxos. Contudo, a demanda por força de trabalho compunha o maior fator de atração, expresso pelo termo de “oportunidades econômicas”. No local de destino, a emigração produzida pelos fatores de mudança teria uma melhor probabilidade de sucesso e mobilidade social. Os movimentos associados aos fatores de estagnação levariam a uma maior dificuldade de inserção dos migrantes no local de destino, podendo impulsionar, uma re-emigração. A abordagem de Lee (1966) não apresenta restrições temporais. Os eixos propostos em seu quadro analítico são aplicáveis a qualquer tempo. Em contrapartida, a análise de Singer (1976), torna-se aplicável a períodos da história em que os deslocamentos migratórios rural-urbano sejam predominantes.

Embora, conforme o decorrer das últimas décadas, alguns pesquisadores apontem para uma escassez de produção científica no campo da Demografia como um todo e, mais especificamente, abordando a questão migratória, registra-se ainda o surgimento de novas contribuições teórico-metodológicas, no sentido de permitir uma reflexão sobre qual a melhor perspectiva para a compreensão do fenômeno migratório. Em *Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población*, Courgeau (1990) apresenta proposições teóricas abordando objetivos e medidas desse fenômeno: I) a primeira aborda a migração sob um viés descritivo, semelhante aos registros censitários, derivando estimativas de taxas de migração; II) a segunda corresponde a uma análise de como a migração pode modificar a vida futura dos indivíduos no território. A migração é abordada de modo independente, da mesma forma que as variáveis demográficas, sociais e econômicas; III) a terceira considera a migração como uma variável dependente dos fatores que levam o indivíduo a migrar. Há o reconhecimento de que não se pode tratar a migração apenas como se fosse um modelo matemático, com variáveis independentes e/ou dependentes, mas sim como um processo que envolve variados espectros da vida humana.

De acordo Sayad (1998), as migrações da Europa para os Estados Unidos atingiam dimensões demográficas, sociais e econômicas, assim como as imigrações internas no continente europeu: “eram migrações predominantemente masculinas, de jovens que foram vender sua força de trabalho, especialmente nos setores: industrial, exploração de minas e transportes” (SAYAD, 1998, p. 23). Esses deslocamentos estavam inseridos numa dinâmica social que levou aqueles homens e mulheres a empreenderem os movimentos transcontinentais, dimensão essa que transcende decisões

racionais movidas pela percepção de que se era possível maximizar as condições de vida num novo lugar.

Por fim, as variadas abordagens apresentadas aqui demonstram diversas transformações no que diz respeito aos fenômenos migratórios, à sua dificuldade de compreensão e a consequente construção de teorias para sua análise. Destaca-se, também, uma tentativa de revisão no modelo neoclássico tradicional, a partir do seu rompimento com a formulação que aborda a decisão de migrar como sendo tomada individualmente, ampliando para um escopo mais amplo que incorpora a família, comunidade, etc. Destacam-se reivindicações no sentido de que sejam produzidas pesquisas amostrais, para que a partir das evidências empíricas possam ser construídas e/ou sustentadas formulações teóricas. Aponta-se para a necessidade de investimento em formulações que apontam para as mudanças no padrão de acumulação do capital, partir do enfraquecimento do modelo fordista, como estrutura que ditaria as transformações observadas no período observado.

Conforme o conteúdo apresentado no presente item, buscaremos identificar contribuições teóricas para a análise dos deslocamentos populacionais na contemporaneidade, verificando a inter-relação entre tais fenômenos e as relações dadas no âmbito do trabalho, para então atingirmos as dinâmicas próprias da acumulação capitalista e o modo como influenciam as migrações.

Portanto, uma análise sobre a mobilização do trabalho ligada ao capitalismo no continente africano pode ser pensada a partir do processo de modernização que induziu a formação territorial do continente em conflito com os padrões pré-modernos de ocupação, através de *rupturas e continuidades*. Segundo Silva (2013):

Cada formação sociocultural corresponde a um conjunto de particularidades que precisa ser acompanhado de perto. Tal exercício de pesquisa trata-se de uma primeira aproximação a tal cenário, para que as análises do histórico de mobilidade do trabalho não sejam apresentadas alheias aos seus contextos específicos (SILVA, 2013, p.33).

2.2 – Ontologia do ser social, trabalho e capitalismo: para uma análise crítica acerca das migrações internacionais contemporâneas

Para a realização do objetivo central apresentado por esta pesquisa - o de analisar os fluxos migratórios africanos contemporâneos para o Brasil, a saber, a imigração nigeriana para a cidade de São Paulo –, dentre os posicionamentos teóricos

que possibilitam a compreensão da dinâmica dos deslocamentos populacionais contemporâneos no mundo capitalista, foi eleita prioritariamente a categoria analítica do trabalho, embora se reconheça a igual relevância de outros fatores associados à busca de ampliação de capital social e cultural nos estudos acerca dos deslocamentos de grandes contingentes humanos.

Partimos então, da compreensão em torno das contribuições realizadas pelo materialismo histórico, considerando os processos, transições e transformações introduzidas a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista, sua lógica produtiva e os processos de exploração.

Inicialmente, para a realização deste estudo, torna-se necessário apontar para o caráter ontológico que a categoria em questão assume no pensamento de Marx, seja nas obras de sua juventude ou em obras da maturidade. O trabalho corresponde à categoria fundante do ser social, sendo, portanto, essencial à constituição do humano. Nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, Marx assinala que o trabalho aparece ao homem como atividade consciente livre, como forma de suprir uma carência, representando a necessidade de manutenção da sua existência física. O autor se refere à vida produtiva do homem como sendo “a vida engendradora de vida” (2004, p. 84). Já em *O Capital* Marx define o trabalho como (1975, p. 202):

(...) processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. (...) Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho.

Marx não se refere a uma forma concreta específica de trabalho, mas sim à essência do trabalho, como constante necessidade da humanidade. É, naturalmente, a única categoria que tem por função social transformar a natureza para produzir os bens materiais necessários à sua existência. Portanto, o trabalho se constitui no fundamento ontológico do ser social, orientando qualquer forma de sociabilidade. Embora o autor discuta questões ontológicas, vale ressaltar que tais elementos não devem ser confundidos com causas únicas ou relações meramente mecânicas. Existe uma espécie de dependência ontológica entre trabalho e os demais âmbitos da atividade humana, de modo em que todas as demais atividades humanas adquirem interdependência.

Lukács (2004) postula que a partir da visão ontológica do trabalho aqui apresentada, se pode compreender metodologicamente o desenvolvimento das

categorias superiores e mais complexas da vida humana. Trata-se do momento de transposição dos limites entre mundo natural e o estabelecimento das atividades propriamente humanas. Desse modo, o trabalho se apresenta como manifestação inicial da autonomia do que é ser humano (p. 102):

Enquanto ser biológico, o ser humano é um produto da evolução natural. Com sua autorrealização, que, naturalmente, também nele mesmo pode significar um retrocesso dos limites naturais, mas nunca o desaparecimento, a plena superação desses limites, o ser humano ingressa num novo ser e por ele mesmo fundado: o ser social.

O trabalho se constitui base das práticas humanas, seja na construção do humano enquanto gênero ou de sua própria individualidade (socialmente inserida). A humanização tem seu início no trabalho, na medida em que os indivíduos estabelecem de modo contínuo o seu próprio universo no meio social. Logo, o olhar sobre essa atividade enquanto categoria analítica deve contemplar a compreensão de seu caráter ontológico e intrínseco à atividade humana, para, então, alcançar as demais dimensões que sua prática atinge quando inserida em uma lógica produtiva caracterizada pelo consumo da força de trabalho, em que o trabalhador a tem sujeita aos interesses capitalistas. Considera-se aqui sua elementaridade em meio aos processos de valorização e acumulação do capital.

Sobretudo n’*O Capital* (1975), Marx dá ênfase ao caráter duplo de mercadoria da força de trabalho, pois, para a sua realização enquanto produtora de demais mercadorias, a mesma necessita estar disponível no mercado.

Como nossa pesquisa aborda a mobilização do trabalho na África Ocidental – sobretudo na Nigéria –, é necessário analisar, conforme a perspectiva teórico-metodológica apresentada, tal contexto de formação sociocultural e territorial, identificando elementos estruturais específicos vinculados ao seu processo de modernização. No que nos remonta às sociedades coloniais, Marx (1975, p.716, apud KEESE, 2007, p.7) destaca:

É evidente que em todas as formas em que o produtor direto permanece o possuidor dos meios de produção e de trabalho necessários para produzir os seus meios de subsistência, a relação de propriedade deve fatalmente manifestar-se ao mesmo tempo como uma relação de amo e servidor (MARX, 1975, p.716, apud KEESE, 2007, p.7).

O autor se refere, conforme verificado na passagem acima, às sociedades em que os produtores não regulam a repartição do excedente, pois uma fração variável deste é

apropriada por classes não produtoras através de coerção, seja esta física ou simbólica. Portanto, no que Marx (1975) chama acumulação primitiva, o aparelho “político”, dado na escala da formação de um mercado mundial e do desenvolvimento do capitalismo, ultrapassa a dimensão da racionalização e divisão do trabalho, e implica na expropriação de produtores dos seus meios de produção, constituindo o chamado proletariado. É criada, desse modo, uma crescente reserva de força de trabalho, que se constitui enquanto mercadoria a ser comprada pelo capitalista, viabilizando e integrando mecanismos de reprodução e acumulação do capital.

Em sua dimensão espacial, o ato de migrar se verifica em toda a história das civilizações. Entretanto, é no capitalismo que a mobilidade se intensifica e assume dimensões essenciais à reprodução de seus padrões produtivos. Conforme essa perspectiva, Gaudemar (1977), em *A mobilidade do trabalho e acumulação do capital* aborda a exploração da força de trabalho pelo capital, utilizando a formulação marxista de que o trabalhador livre é submetido a um processo de dominação. É na sociedade e no modo de produção capitalista que a mobilidade se intensifica e assume dimensões centrais à sua reprodução.

De acordo com Gaudemar (1977), a transformação do dinheiro em capital exige que o possuidor do dinheiro encontre no mercado o trabalhador livre: livre no sentido de dispor da sua força de trabalho, como mercadoria que lhe pertence; e não deve dispor de outra mercadoria para venda, sendo livre de tudo, inclusive dos próprios mecanismos de realização da sua força de trabalho. Portanto, quando tratamos da *liberdade de trabalho*, dizemos que o trabalhador pode dispor livremente de sua força de trabalho, porém necessita vender a mesma.

É da dinâmica capitalista de produção que deriva a intensificação dos fluxos de bens, pessoas e informações, e da construção de territórios. Becker (2006, p.341) define a centralidade do movimento na reprodução do capitalismo:

Na sociedade capitalista, a mobilidade representa um meio para a reprodução do capital, uma vez que uma força do trabalho livre e móvel torna-se essencial para o processo de acumulação. Nesse sentido, uma massa de trabalhadores latentes ou estagnados, seguindo os movimentos do capital, representa um indicador de desenvolvimento capitalista.

É válido salientar que a mobilidade tratada por Gaudemar (1977) não corresponde apenas a deslocamentos espaciais, mas envolve reflexão sobre as alterações na utilização da força de trabalho no processo produtivo. A mobilidade da força de

trabalho caracteriza, então, a condição de exercício da sua liberdade de se sujeitar ao capital, figurando uma mercadoria cujo consumo irá gerar valor e, portanto, produzir capital. Logo, a liberdade proporciona ao trabalhador a possibilidade de escolher o seu trabalho, o local e as condições para exercê-lo, mas conduz às exigências do capital e ao seu poder de selecionar, despedir qualquer trabalhador ou reconfigurar as suas condições de trabalho. Nesses casos, a força de trabalho deve ser móvel, “apta para as deslocamentos e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório” (GAUDEMAR, p.190, 1977).

A mobilidade do trabalho apresenta-se como condição necessária à reprodução capitalista, portanto atinge maior expressividade em países mais desenvolvidos economicamente, conforme já verificado nos movimentos migratórios históricos que ocorreram em direção às grandes potências industriais, onde a presença de grandes contingentes de imigrantes ofereceu redução nos custos de produção aos capitalistas. Trata-se da indiferença de quem vende sua força de trabalho em relação ao local ou às condições de exercício dessa atividade. A referida mobilização das forças de trabalho é criticada na medida em que atende as determinações da reprodução do capital (GAUDEMAR, 1977, p. 198): “A mobilidade da força de trabalho como condição da sua mercantilização, participa assim na constituição da forma que tomam as relações sociais sob o capitalismo, contrariamente a certos modos de produção anteriores”. A mobilização não é percebida através da autonomia do trabalhador enquanto agente, mas pelo sistema produtor de mercadorias que o leva à mobilidade.

Prioriza-se, até aqui, a perspectiva do caráter elementar do trabalho, tanto para uma compreensão social em torno do desenvolvimento humano, quanto para a análise dos fenômenos migratórios contemporâneos. Logo, em conformidade com o intuito desta pesquisa, devemos identificar os modos, dinâmicas e modelos produtivos que mobilizam as forças de trabalho no contexto do capitalismo global. O emprego do termo *mobilidade do trabalho* se refere necessariamente aos fluxos de contingentes de trabalhadores submetidos às demandas do capital.

Portanto, sob tal perspectiva, pensaremos o novo momento de migração africana para o Brasil a partir de um contexto de reestruturação no sistema global das economias de mercado, compreendendo a mobilidade do trabalho como atributo das dinâmicas capitalistas, conforme verificado desde as últimas décadas do século XX.

2.3 – A reestruturação produtiva, o transnacionalismo e as redes migratórias contemporâneas

Busca-se aqui identificar o panorama e os elementos propulsores das migrações internacionais contemporâneas, compreender suas causas e dimensões de modo articulado às dinâmicas capitalistas de produção. Inicialmente, nossa abordagem prioriza elucidar o modo como a mobilização das forças de trabalho se manifesta no contexto da reestruturação produtiva do capitalismo, definindo a atual organização do trabalho e novos padrões de acumulação. Para tratar dos movimentos de população no período pós-fordista, deve-se priorizar a contextualização de um período de transição, de um estágio do processo de acumulação do capital para outro, apresentando elementos teóricos que suportam tal hipótese.

Em *A condição pós-moderna*, Harvey (1992) aponta para a formação de uma nova estrutura produtiva, a de acumulação flexível, que tem sua origem a partir da década de 1970, com o colapso do fordismo. O modelo representou um novo sistema de distribuição da força de trabalho, uma nova política de controle e gerenciamento do trabalho. Os movimentos populacionais, associados a essa etapa de desenvolvimento do capital, se devem à necessidade de produção e consumo em massa, à reciclagem da força de trabalho, aspectos intrínsecos ao modelo fordista, que geravam as migrações e mobilizavam um amplo contingente de forças de trabalho.

Contudo, o modelo começou a dar os primeiros sinais de seu enfraquecimento a partir dos anos 1960. Sua crise é atribuída principalmente à incapacidade de responder à retração do consumo de massas. O estado norte-americano apresentou medidas regulatórias no âmbito econômico, através da injeção de capital fictício no mercado, numa tentativa insustentável de reduzir as inflações. Nesse período, os países em desenvolvimento iniciam um movimento de ingresso tardio ao fordismo através de políticas de substituição de importações, ao mesmo tempo em que as multinacionais se dirigem para o estrangeiro, gerando uma onda de industrialização fordista em ambientes inteiramente novos. “O período de 1965/1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo conterem as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 1992, p. 135).

A referida transição se caracteriza por uma profunda mudança concentrada no âmbito das práticas políticas, culturais, sociais e econômicas, o que poderia indicar a passagem da modernidade à pós-modernidade, em que se verifica a emergência de modos flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de “compressão do tempo-

espaço” na organização do capitalismo. Segundo o autor, a acumulação flexível é marcada:

[...] por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto em setores quanto em regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como, conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” [...] os horizontes da tomada de decisão privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e as quedas dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado (HARVEY, 1992, p. 140).

Dentre os fatores que vem a delinear o surgimento dessa nova estrutura produtiva, destacam-se: a eclosão da crise fiscal do Estado capitalista, com grande retração de gastos públicos; a necessidade de transferência desses gastos para o capital privado; e o incremento acentuado das privatizações. Tal instabilidade na economia e nas políticas do Estado produziu desemprego cíclico e estrutural, vinculado à criação de condições de trabalho mais flexíveis (que se diferem daquelas oferecidas pelos contratos no fordismo), com alta rotatividade de emprego em unidades de produção descentralizadas, que em relação ao sistema fordista permitem uma redução do prazo de retorno do capital, conferindo a esse novo padrão, mais dinâmica e competitividade. Inegavelmente, o advento do neoliberalismo caracteriza um contorno do capital a sua própria crise (ANTUNES, 2000).

É nesse contexto que o setor financeiro conquista mais autonomia, configurando um processo de mundialização e desregulamentação do capital, do processo produtivo e, conseqüentemente, do trabalho (ANTUNES, 2000, p.34):

As novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, somadas à liberação comercial e às novas formas de domínio técnico-científico, acentuaram o poder centralizador, discriminador e destrutivo desse processo, que tem como núcleo central os países capitalistas avançados, particularmente em sua tríade, composta pelos EUA e o Nafta, a Alemanha à frente da União Europeia e o Japão liderando os países asiáticos, com o primeiro bloco exercendo o papel de comando (ANTUNES, 2000, p.34).

Tal processo de reconfiguração compreende as mencionadas economias situadas ao centro das dinâmicas capitalistas, automaticamente excluindo ou subordinando os países do Terceiro Mundo. Paralelamente ao desenvolvimento tecnológico, ao aumento

concorrencial e à expansão de capital financeiro nas nações imperialistas, tem-se a precarização dos países coadjuvantes nesse movimento. Os países excluídos registram a redução das possibilidades de emprego de milhares de trabalhadores. Aponta-se para um novo padrão flexível de contratos de trabalho, que impõe cada vez mais mobilidade aos contingentes de trabalhadores, sempre em conformidade com os interesses do capital.

A referida flexibilidade envolve rearranjos a nível externo e interno entre os trabalhadores, em âmbito regional, nacional e mundial. Segundo Gorz (1991, p.89 apud IANNI, 1994, p.130), nesse contexto, a partir de uma divisão transnacional do trabalho, são revistos e reelaborados em âmbito global padrões de organização, comportamento e consciência, constituídos anteriormente:

As empresas praticam uma estratégia de flexibilização em dois níveis simultâneos: o núcleo estável do pessoal da firma deve ter uma flexibilidade funcional; a mão-de-obra periférica, por seu lado, deve apresentar uma flexibilidade numérica. Em outros termos, em torno de um núcleo de trabalhadores estáveis, apresentando um amplo leque de qualificações, flutua uma mão-de-obra periférica, de qualificações menores e mais limitadas, submetida ao acaso da conjuntura.

O capitalismo global estabelece o desenvolvimento de um mercado internacional de força de trabalho. Os fluxos de trabalhadores em escala regional, continental e global são intensificados. Segundo Ianni (1994), “multiplicam-se as direções dos movimentos migratórios em função do mercado de força de trabalho, da progressiva dissolução do mundo agrário, da crescente urbanização do mundo, da formação da fábrica global” (IANNI, 1994).

A referida transformação representa implicações sobre a força de trabalho, em particular pela flexibilização e precarização de seu exercício. Fatores esses que em conjunto gerariam estratégias diferentes quando os indivíduos buscam garantir a sua reprodução, incluindo, nesse escopo, as estratégias de mobilidade espacial.

No âmbito do mercado de trabalho, uma das principais características do fordismo era possuir convenções coletivas, de caráter compulsório, que tornavam o contrato salarial relativamente mais rígido, colocando limites à liberdade de demitir trabalhadores, relação completamente distinta daquela observada na atualidade, em que a desregulamentação dos contratos caminha rumo à flexibilização. Segundo Oliveira (2010, p. 93):

A flexibilização nos contratos de trabalho, que concedem ao empregador a liberdade de contratar e demitir, a seu critério, seria um ataque definitivo ao “excesso de rigidez” do contrato de trabalho fordista, abrindo, deste modo, o

caminho para um novo padrão de acumulação [LIPIETZ; LEBORGNE, 1988] (OLIVEIRA, 2010, p. 93).

Tal abordagem acerca da transição de um modelo para outro remete à dimensão de hegemonia nas relações sociais exercida por uma classe dominante, tendo o Estado no exercício da função de regulador e mediador de tais relações, que são essencialmente capitalistas. A regulação assegura e favorece as condições de acumulação.

Ainda apresentando a vertente capital-trabalho no novo padrão de acumulação, o surgimento dos métodos de produção enxuta se associa às práticas empresariais predominantes de subcontratação, terceirização, estabelecimento de negócios no exterior, consultoria, redução do quadro funcional e produção exclusiva. A mobilização da força de trabalho se impõe tanto aos trabalhadores não qualificados quanto aos qualificados. A transição para uma sociedade informacional e uma economia global é caracterizada pela precarização das condições de trabalho e de vida para os trabalhadores.

Deve-se também destacar desse período de transição a bipolarização da força de trabalho na atual etapa do desenvolvimento econômico, que demanda trabalhadores altamente especializados e semiquilificados e a estratégia do capital, global e regional, de buscar espaços onde a mão de obra fosse mais barata e não houvesse restrições ambientais. O estágio de desenvolvimento capitalista aqui abordado registra a perda de poderes por parte do trabalhador, seja no âmbito político, enquanto sujeito da história ou enquanto membro de uma categoria que tem seus direitos de reivindicação minimizados.

Conforme a perspectiva aqui apresentada observa-se que a mobilização do trabalho caracteriza a intensificação das relações entre imigração e trabalho, tornando-se um aspecto crucial para a compreensão e análise das imigrações em meio à reestruturação produtiva global. Acentua-se, nesse processo de reorganização das estratégias capitalistas, a dispersão espacial do trabalho e de trabalhadores em âmbito transnacional.

Por fim, nos atentamos à intensificação da relação entre imigração e trabalho, como produto e mecanismo do processo de reestruturação produtiva em âmbito global, dada a relevância da análise de seus aspectos para o entendimento de questões não só ligadas ao atual quadro das migrações, mas também das questões ligadas ao desenvolvimento, à urbanização, ao multiculturalismo e a questões político-sociais.

3. A MOBILIDADE DO TRABALHO E AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

3.1 - Das tendências migratórias atuais

A presente pesquisa enquadra-se no estudo dos deslocamentos populacionais contemporâneos sob a ótica do trabalho, por sua vez contextualizados a partir do processo de reestruturação produtiva no contexto internacional da atual etapa da globalização, em suas múltiplas dimensões e desdobramentos. Portanto, para a execução de uma análise sobre os fluxos migratórios dados entre Nigéria e Brasil, iremos considerar a dimensão dos desdobramentos decorrentes dos processos de modernização em todo o mundo, considerando assim os deslocamentos dados entre países de acordo com seus respectivos estágios de desenvolvimento econômico. Há de se incorporar à discussão, elementos associados à modernização e às migrações, sobretudo nos países em desenvolvimento, tais como o trabalho forçado e a mobilização forçada de forças de trabalho.

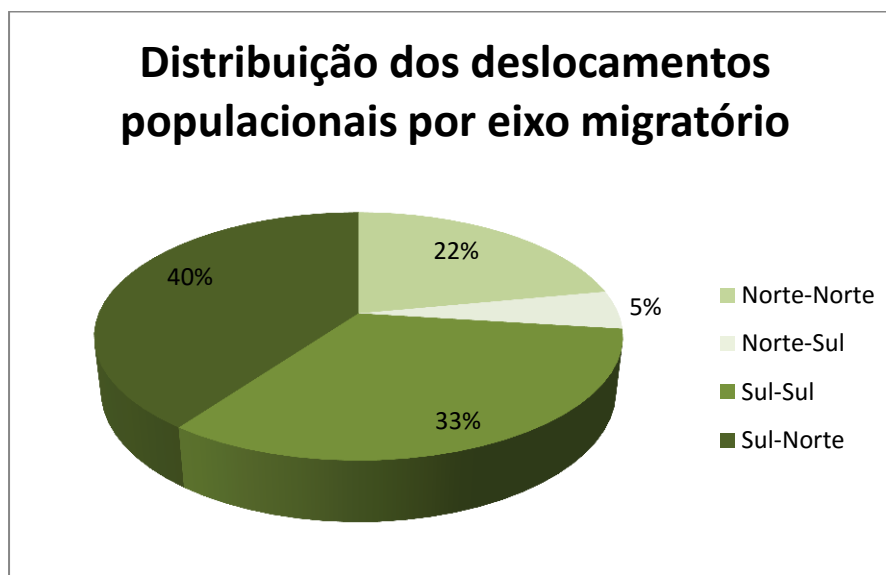
Muitas análises e debates políticos de grande importância encontram-se centrados no fenômeno migratório e nos desdobramentos socioeconômicos decorrentes de sua ocorrência a nível global, tais como: o estudo das remessas migrantes; o estudo de suas redes sociais ou de conhecimento; ou mesmo estudos sobre os recursos da diáspora. Abordagens dadas em ampla escala, limitadas aos fluxos e dinâmicas populacionais fazem-se imprescindíveis para a compreensão da magnitude das redes migratórias contemporâneas. Entretanto, sob essa perspectiva, o imigrante é representado enquanto mera força de trabalho em movimento, o que pode, por muitas vezes, ocultar as implicações dos fluxos migratórios sobre a sua vida.

Uma parcela considerável de migrantes não opta pelo deslocamento, pois estes em muitos casos são forçados a abandonarem seus países contra a própria vontade - refugiados fugindo de perseguições, pessoas prejudicadas por conflitos ou desastres naturais ou até mesmo vítimas de tráfico humano. Entretanto, para aqueles que, de certo modo, optam pela migração, as abordagens fundamentais para a compreensão das causas e circunstâncias do movimento são: se os migrantes alcançarão satisfação em virtude do deslocamento ou conquistarão aumento de renda e melhorias na qualidade de vida em relação a seus países de origem.

De acordo com dados da Organização Internacional para Migrações (OIM), no *World Migration Report* – relatório geral sobre as migrações internacionais -, mais de 230 milhões de pessoas vivem fora de seus países de origem (OIM, 2013). Tradicionalmente, as discussões sobre como as migrações podem contribuir para o desenvolvimento econômico encontram-se centradas nos movimentos dados entre países com baixo/médio índice de desenvolvimento para os já considerados desenvolvidos. Este relatório apresenta uma abordagem direcionada aos eixos migratórios ocorrentes em todas as direções: as migrações entre países desenvolvidos - por exemplo, a partir do Reino Unido para o Canadá (classificada como "Norte-Norte" pelo relatório); movimentos entre países desenvolvidos/em desenvolvimento – como de Portugal para o Brasil ("Norte-Sul"); migrações de países em desenvolvimento para países desenvolvidos, como da República Dominicana para os Estados Unidos ("Sul-Norte"); e migração de um país de baixa / média renda para outro em condições econômicas similares - por exemplo, da Indonésia para Malásia (referida como "Sul-Sul"). De acordo com a OIM, as quatro vias de migração apresentam implicações sobre o desenvolvimento e demais processos político-econômicos e, portanto, necessitam ser analisadas (2013, p. 31). O documento encontra-se baseado na classificação proposta pelo Banco Mundial (2010), definindo os índices de desenvolvimento econômico dos países, por sua vez agrupados em: "Norte", em referência aos países com altos índices de desenvolvimento; e "Sul", definindo os países de baixa e média renda.

O WMR 2013 não só concentra informações acerca dos fluxos migratórios de países em desenvolvimento para países desenvolvidos, conforme já explorado em publicações anteriores, mas analisa ainda os demais eixos migratórios estabelecidos entre os países em desenvolvimento, como também fluxos ocorrentes em sentido inverso às migrações convencionais, partindo de países desenvolvidos rumo àqueles em desenvolvimento. O estudo identifica novas configurações da rede global de deslocamentos populacionais (vide Gráfico 1): um terço das migrações ocorre entre países em desenvolvimento (33%), no eixo "Sul-Sul"; já as migrações "Sul-Norte" representam 40%, enquanto as "Norte-Norte" correspondem a 22%; nota-se também um pequeno percentual, porém em crescimento, de migrações "Norte-Sul" (5%) (OIM, 2013, p. 25).

Gráfico 1 - Distribuição dos deslocamentos populacionais (2013)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da OIM (2013)

O WMR (2013) ainda buscou abranger as percepções do imigrante acerca de seu bem estar no novo lugar, comparadas às perspectivas apresentadas por indivíduos nativos de cada país, por meio de dados estatísticos obtidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2012). O relatório apresenta os resultados de uma fonte única de dados - as pesquisas Gallup World Poll (2012), conduzidas em mais de 150 países — permitindo a primeira avaliação do bem-estar entre imigrantes em todo o mundo. Para a realização da primeira pesquisa sobre as percepções de bem-estar do imigrante, foram entrevistados mais de 25 mil imigrantes e aproximadamente 440 mil indivíduos nativos em mais de 150 países. Estas descobertas lançam uma nova perspectiva sobre como os imigrantes avaliam suas vidas, e sobre como eles se sentem em relação ao acesso à renda, emprego, saúde, segurança e outras dimensões relevantes para a construção de seu bem-estar.

Desse modo, compararam-se as percepções de bem-estar dos imigrantes com as colocações dos nativos, com destaque para algumas das principais diferenças entre as experiências de imigrantes do Norte e do Sul. Imigrantes Sul-Sul apresentam menor propensão que os nativos a declarar satisfação com suas vidas, financeiramente, do que os nativos do país. Imigrantes Norte-Norte encontram menos empecilhos que os migrantes Sul-Norte para alcançar níveis consideráveis de satisfação de suas necessidades básicas. De modo geral, os imigrantes que se mudaram de um país do Norte para outro se consideram em melhores condições financeiras, em comparação

com os nativos, do que os migrantes que se mudaram do Sul para o Norte. Esses, por sua vez, declaram uma financeira não tão satisfatória quanto à dos cidadãos nativos (embora percebam perspectivas de melhorias, conforme o tempo de permanência no país): 12% dos imigrantes Sul-Norte declaram ser muito difícil sobreviver com suas rendas, em comparação com apenas 6% dos entrevistados nativos.

Os desafios financeiros enfrentados por imigrantes são provavelmente aqueles associados às dificuldades na obtenção de empregos em tempo integral. Imigrantes do eixo Sul-Norte são mais propensos a se encontrarem em situações adversas no meio do trabalho do que cidadãos nativos: 26% encontram-se subempregados e 13% desempregados (em comparação com 18% e 8%, respectivamente, entre os nativos). Nos casos de migrações “Sul-Sul”, os imigrantes dispõem das mesmas possibilidades de desemprego ou subemprego (OIM, 2013, p, 26).

O referido relatório fornece uma imagem única das perdas e ganhos que se associam à migração. Ele examina o que os imigrantes ganharam e perderam através da migração, comparando o bem-estar dos migrantes que viveram em um país de destino durante pelo menos cinco anos, com estimativas de que suas vidas poderiam ter sido como se tivessem ficado em casa.

Os maiores ganhos estão associados com a migração para o Norte – seja esta através dos eixos Norte-Norte ou Sul-Norte. Aproximadamente dois terços (62%) de todos os migrantes entrevistados residem no Norte. Os migrantes do Norte-Norte são muito mais propensos do que os migrantes Sul-Norte a informarem melhores situações do que teriam de volta no país de origem. O reverso pode ter sido o esperado, dada a disparidade de renda entre o Sul e o Norte.

Migrantes do Norte avaliaram suas vidas melhores do que os seus homólogos dos países de origem. Imigrantes Sul-Norte que vivem em um país por cinco anos ou mais, por exemplo, se consideram em melhor situação do que estariam de volta para casa. Em contrapartida, os imigrantes que vivem no Sul tendem a avaliar as suas vidas como semelhante ou pior do que, aqueles de compatriotas de perfil semelhante que não migraram. Por fim, imigrantes Sul-Sul residentes há mais de cinco anos em um país estrangeiro se consideram em piores condições do que se eles ficaram em seu país de origem - de relatórios, por exemplo, dificuldades na obtenção de uma habitação adequada, com 27% deles declarando ter lutado para obter abrigo no ano anterior, em comparação com 19% cento de seus compatriotas. Imigrantes do Sul geralmente relatam

que eles têm mais dificuldade em conseguir um padrão de vida satisfatório e não declaram uma vida melhor do que teriam no país de origem.

Ainda segundo o WMR (2013, p. 27), aqueles indivíduos que se deslocam entre os países do Sul encontram-se menos satisfeitos com o seu bem-estar físico e apresentam maior propensão ao desenvolvimento de problemas de saúde.

Para o desenvolvimento de uma pesquisa acerca dos movimentos migratórios sob o eixo “Sul-Sul” - como os fluxos com origem na Nigéria, direcionados ao Brasil, conforme o tema deste trabalho -, identificar avaliações individuais sobre o saldo do movimento migratório mediante os tópicos de qualidade de vida, inserção social, oportunidades de trabalho e satisfação com o deslocamento, representa contribuição às análises desta ordem, constituindo, assim, mais um instrumento a viabilizar a análise e até mesmo o questionamento sobre a eficiência da gestão das migrações por parte do Estado, das políticas e do poder público. Logo, toma-se como necessário o conhecimento das condições de vida dos grupos sociais integrados por imigrantes.

Embora a sociedade contemporânea tenha consagrado noções e direitos em torno da liberdade e tenha logrado os primeiros passos rumo à “humanização”, a privação da liberdade de determinados indivíduos e grupos sociais em função do trabalho e das estruturas produtivas ainda é recorrente. Segundo o recente relatório da Organização Internacional do trabalho (OIT), *Profits and Poverty: The Economics of The Forced Labour* (2014), 20,9 milhões de pessoas encontram-se em condições de trabalho forçado, sejam elas vítimas de tráfico para exploração laboral, sexual ou trabalhadores em condições análogas à escravidão em seus respectivos países de origem.

Grande parcela desses trabalhadores forçados - 18,7 milhões (90%) - são explorados pela economia privada, por indivíduos ou empresas. Destes, 4,5 milhões (22%) são vítimas de exploração sexual forçada e 14,2 milhões (68%) são vítimas de exploração do trabalho forçado, principalmente na agricultura, construção, trabalho doméstico, fabricação, mineração e serviços públicos. Os 2,2 milhões restantes (aproximadamente 10%) estão em condições impostas pelo estado de trabalho forçado, como as prisões, ou em trabalhos impostos por forças militares ou paramilitares. Do total, estima-se que 9,1 milhões de pessoas (44%) se mudou, quer internamente quer a nível internacional, enquanto 11,8 milhões (56%) foram submetidas a trabalho forçado em seu local de origem ou de residência (OIT, 2014, p. 7).

A imposição do trabalho forçado envolve agentes intermediários, tais como agiotas ou redes criminosas. As vítimas geralmente, muitas vezes, perdem grande

parcela dos seus rendimentos pessoais devido à retenção de salário ou ao pagamento de dívidas contraídas. As 21 milhões de vítimas em trabalho forçado e os mais de US\$ 150 bilhões em lucros ilegais gerados pelo seu trabalho excedem a população e o PIB de muitos países ou territórios em todo o mundo. No entanto, esta vasta nação de homens, mulheres e crianças, juntamente com os seus recursos, permanece praticamente invisível, escondido atrás de uma parede de coerção, ameaças e exploração econômica. Incluem-se nesses rendimentos os lucros obtidos por coiotos, que recebem altas quantias para realizarem o transporte ilegal de imigrantes africanos até o Brasil.

A compreensão acerca das dimensões da recente intensificação das migrações “Sul-Sul” confere às próximas etapas do desenvolvimento desta pesquisa, um olhar que parte de uma dimensão ampla em torno das dinâmicas estabelecidas no quadro das migrações internacionais atuais, permitindo uma análise mais minuciosa sobre os processos que decorrem destas e se manifestam nas escalas regional e local, conforme verificaremos a partir dos estudos sobre a cidade de São Paulo e do bairro de Guaianases.

3.2 – Direitos humanos, Migrações e Estado

Nesta etapa de pesquisa, objetiva-se a fundamentação de uma discussão acerca do acolhimento e tratamento dado aos imigrantes e refugiados no Brasil, compreendendo a articulação dos direitos humanos e do humanitarismo ao processo de modernização. Para conduzir esta abordagem iremos recorrer à crítica aos direitos humanos realizada na *Questão judaica* por Karl Marx (1991) a fim de identificar a conjuntura, histórica, política e ideológica de origem do direito moderno e analisar a influência desse ideário sobre as medidas apresentadas pelo Estado e instituições responsáveis pela efetivação dos Direitos Humanos no mundo contemporâneo.

Na *Questão judaica*, Marx (1991) promove reflexões sobre as condições de vida dos judeus alemães em meados do século XIX e formula propostas para a solução de suas questões concretas. Esse ensaio se constitui pela crítica do autor às publicações de Bruno Bauer (1843), em referência ao momento de aspiração de emancipação civil e política do estado alemão por parte dos judeus. Bauer (1843) contesta a condição privilegiada dos judeus em relação aos cristãos e aponta para a necessidade de emancipação geral na Alemanha. Ele compreende que os judeus só poderiam alcançar

emancipação política mediante uma emancipação religiosa, através da qual a antítese estabelecida entre cristãos e judeus fosse eliminada pela abolição das religiões, com a criação de um estado laico. Portanto, os homens em geral se emancipariam enquanto cidadãos “a partir da destituição das forças de exclusão das religiões até então privilegiadas, o que implicaria no fim das mesmas” (BAUER, 1843, p. 66).

Entretanto, Bauer (1843, p.3) identifica, enquanto seu principal erro, uma análise unilateral, não submetendo o estado cristão à mesma crítica dedicada ao judaísmo. Em relação ao teor da colocação de Bauer, Marx (1991, p.19) pontua:

Verificamos aqui que o erro de Bauer reside em concentrar sua crítica somente no “Estado cristão”, ao invés de ampliá-la para o “Estado geral”. Bauer não investiga a relação entre a *emancipação política* e a *emancipação humana*, fato que o faz apresentar condições que só se podem explicar pela confusão isenta de espírito crítico entre emancipação política e emancipação humana em geral.

Por sua vez, através de tal crítica, Marx (1991) constrói sua própria leitura sobre o surgimento dos direitos liberais, elucidando as diferenças entre emancipação política e emancipação humana. Conforme expresso nos direitos consagrados pela Revolução Francesa, a *emancipação política* configura-se através dos direitos humanos de primeira geração; de liberdade, propriedade, segurança e igualdade, que representam a abstenção do Estado no que diz respeito à interferência na vida do indivíduo. Tais direitos apresentam-se limitados à abolição da desigualdade política, não eliminando as contradições presentes na sociedade civil. Não representam de fato melhorias em problemas sociais, especialmente os de natureza econômica. Eles se restringiam ao plano de interesses do cidadão-burguês. Essa matriz individualista da sociedade representa, segundo Marx (1991, p. 99), a essência das Revoluções Burguesas, como também a essência do Estado moderno.

A *emancipação humana*, segundo a proposição de Marx (1991), consiste numa revolução de caráter universal, dada pelo fim da exploração do homem pelo homem, assinalando o fim da sociedade de classes. Portanto, a emancipação humana implica no retorno do homem sobre si mesmo enquanto ser social. Sua realização como tal implica, sobretudo, na realização da democracia. A referida emancipação caracteriza-se, assim, como o resgate da essência do gênero humano, por sua vez abolida pelos moldes modernos do direito, conforme a expressão do homem enquanto um ser genérico.

Entretanto, constitui-se uma configuração específica para os direitos humanos desde a primeira grande declaração produzida sob a conjuntura da luta entre a burguesia

e a aristocracia francesa, em 1789, até a recente Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, lançada após a Segunda Grande Guerra Mundial, a partir da criação da *Organização das Nações Unidas* (ONU). Ambas as declarações, de suma importância para a história da humanidade, reservam direitos comuns às elites, tais como o direito à propriedade, garantido apenas àqueles que a possuem. É pertinente ao estudo das migrações contemporâneas, considerar os efeitos das políticas associadas à efetivação de direitos humanos dos migrantes, entretanto, a identificação clara dos grupos sociais contemplados direta ou indiretamente por tais medidas se faz primordial.

Os Direitos Humanos podem viabilizar a preservação de uma ordem social desigual, estabelecida sob os pilares do capitalismo. Em conformidade com essa perspectiva, Coimbra (2008, p. 92), ao abordar a crítica feita por Deleuze (1992)² aos direitos humanos, pontua:

Deleuze (1992) afirma que os direitos humanos – desde sua gênese – têm servido para levar aos subalternizados a ilusão de participação, de que as elites preocupam-se com o seu bem-estar, de que o humanismo dentro do capitalismo é uma realidade e, com isso, confirma-se o artigo primeiro da Declaração de 1948: "todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos". Entretanto, sempre estiveram fora desses direitos à vida e à dignidade os segmentos pauperizados e percebidos como "marginais": os "deficientes" de todos os tipos, os "desviantes", os miseráveis, dentre muitos outros. A estes, efetivamente, os direitos, assim como a dimensão humana, sempre foram – e continuam sendo – negados, pois tais parcelas foram produzidas para serem vistas como "subalternas" ou como não pertencentes ao gênero humano. Não há dúvida, portanto, que esses direitos – proclamados pelas diferentes revoluções burguesas, contidos nas mais variadas declarações – tenham construído subjetividades que definem para quais humanos os direitos devem se dirigir. Os marginalizados de toda ordem nunca fizeram parte desse grupo que, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, tiveram e continuam tendo sua humanidade e seus direitos garantidos. Ou seja, foram e continuam sendo defendidos certos tipos de direitos, dentro de certos modelos, que terão que estar e caber dentro de certos territórios bem marcados e delimitados e dentro de certos parâmetros que não poderão ser ultrapassados.

Ao se referir à *Armadilha dos direitos humanos*, Dieter Heidemann (2004) identifica o modo que a imposição da modernidade se relaciona com o migrante e o refugiado ao longo da história. Segundo o autor, os direitos humanos “parecem ter se tornado mais importantes que os próprios humanos”, pois constituem um dos maiores instrumentos de garantia da hegemonia das economias de mercado, ao passo que fundamentam, por exemplo, operações militares por parte de determinados governos (Ex.: OTAN). “Os críticos, amigos da paz e dos seres humanos, defendem as vítimas exatamente em nome daquele princípio que as produziu” (p. 31).

² Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.

O fenômeno migratório apresenta-se fortemente conectado ao desenvolvimento do que se é entendido por civilização. Entretanto, a ampliação das noções em torno das migrações internacionais associa-se a um modelo de organização política marcado pela soberania territorial, em que a transposição das fronteiras estatais permite a qualificação e o monitoramento do fluxo de pessoas. Trata-se da redistribuição territorial de indivíduos, de uma jurisdição soberana para outra. A partir da ilustração dada por Michel Foucault (1987) mediante o esquema do panóptico de Bentham, podemos pensar as instituições modernas, inclusive o Estado, através de estruturas de monitoramento e controle sobre o movimento dos indivíduos. Documentos de identificação, como o passaporte ou até mesmo a concessão de refúgio político, conferem ao Estado o poder de monitorar e identificar estrangeiros e nativos; nacionais e não nacionais, de modo em que tal distinção atestar a legitimidade dos direitos e reivindicações dos indivíduos em uma determinada sociedade.

3.2.1 – Sobre as políticas migratórias restritivas contemporâneas

Após o fim da II Guerra Mundial, com o crescimento do fordismo, a Europa e os EUA passam a atrair a imigração. Dado o seu período de ápice, compreendido até o início da década de 1970, o modelo fordista começou a demonstrar sinais de esgotamento, até que o capital dá início ao movimento de substituição por um modelo baseado na acumulação flexível, sob o contexto político-econômico neoliberal (OLIVEIRA, 2015).

Segundo Oliveira (2015), nesse momento de diversas transformações no âmbito da vida social, no que tange às migrações, observou-se, num primeiro momento a redução da demanda por força de trabalho estrangeira. A chegada de imigrantes representava um custo indesejado aos formuladores das políticas de Bem-estar social. Dentre as implicações de tais mudanças, tem-se como resultado mais imediato, o fechamento e monitoramento das fronteiras, tanto nos EUA, quanto na Europa. Desde então, passou a vigorar um conjunto de políticas migratórias ao mesmo tempo restritivas e seletivas. O autor pontua que o fechamento das fronteiras verificado nos anos 1970 nesses territórios, não implicava no fim das grandes imigrações, “visto que muitos trabalhadores, considerados temporários, decidiram ficar e chamar suas famílias, o que viria a colocar na agenda questões como integração e reunião familiar dos imigrantes” (OLIVEIRA, 2015, p. 260).

Registrou-se, então, o aumento do desemprego e a intensificação das desigualdades sociais nos países de origem dos movimentos migratórios, devido à expansão da crise e da reestruturação econômica. Os países desenvolvidos do Norte já se encontravam em estágios mais avançados da reestruturação produtiva, registrando baixos índices de crescimento da população, e seu envelhecimento, enquanto nos países do Sul lidavam com dificuldades de inserção da crescente população em idade produtiva. O modelo de acumulação adotado tratava as migrações como uma alternativa perante as demandas produtivas, porém, ao mesmo tempo, apresentava medidas na tentativa de bloquear a mobilidade e o acesso ao território nos países em estágios mais desenvolvidos desse processo (OLIVEIRA, 2015).

As restrições às imigrações laborais e o aumento da aceitação de refugiados, implicaram no crescimento das imigrações irregulares, que desde então constituem uma importante característica das migrações internacionais contemporâneas. As iniciativas tomadas pelos países europeus frente a tal crescimento se concentraram na regularização da população que já se encontravam em seus territórios e em apresentar medidas punitivas às novas imigrações irregulares, tais como a deportação. Com a baixa efetividade dessas políticas no território europeu, muitas empresas realizaram contratações de imigrantes irregulares, pois em meio ao cenário de ampla concorrência no mercado, estas poderiam obter mais lucro mediante o uso de força de trabalho barata e flexível. Esses fatores, combinados à localização geográfica favorável, tornaram países como a Espanha, Grécia e Itália, grandes alvos da imigração irregular, dada a dificuldade de se fiscalizar suas fronteiras (OLIVEIRA, 2015).

Recentemente, a crise econômica internacional deflagrada em 2008 produziu enormes efeitos sobre as migrações internacionais. Entre os países menos desenvolvidos da União Europeia, tais como Portugal, Espanha e Grécia, o desemprego entre os imigrantes se apresentou mais alto, visto que o seu crescimento desses países encontrava-se baseado em grande parte nas atividades realizadas por estes, tais como construção, alojamento e restauração (NUNAN e PEIXOTO, 2012).

Devido aos impactos dessa crise econômica e ao decorrente enrijecimento das políticas restritivas, as migrações irregulares rumo aos países da União Europeia, sobretudo, ocorrem através de novas rotas. Os imigrantes de origem predominantemente da Síria, Eritreia e Senegal tentam realizar o acesso à União Europeia através da

fronteira da Hungria com a Sérvia. É necessário destacar que nesses trajetos, os imigrantes são sujeitos a diversos abusos e riscos ³.

3.3 – A Nigéria e as emigrações internacionais

Em *Imigração ou os paradoxos da alteridade*, Abdelmalek Sayad (1998, p. 14) afirma que para o desenvolvimento de um estudo acerca da imigração necessita-se, primeiramente, do estudo da emigração “ou pelo menos, do estudo das condições sociais que a engendraram, bem como o estudo, necessário para que a pesquisa seja completa, das transformações destas mesmas condições e, correlativamente, das transformações da emigração”. Sayad (1998) indica uma necessidade de ordem cronológica, visto que na origem da imigração encontra-se a emigração, o ato inicial do processo, entretanto imbuído da mesma relevância epistemológica, pois aquilo que é em uma determinada sociedade considerado como *imigração*, é tratado sob uma distinta sociedade, lugar e realidade por *emigração*; ambos correspondendo, assim, a duas faces distintas de uma mesma realidade.

A partir do final do século XX, as principais nações urbanizadas do mundo tornaram-se alvos da imigração, visto que os imigrantes não são apenas de origem das áreas desenvolvidas do mundo, mas progressivamente de países em desenvolvimento, como por exemplo, os países africanos. Para pensarmos as emigrações associadas ao trabalho e aos processos da acumulação capitalista na Nigéria, devemos considerar sua formação política, territorial e sociocultural, que orientou sua modernização.

A Guerra Civil da Nigéria, também conhecida como Guerra de Biafra (1967-1970), foi um conflito de ordem político-econômica, provocado pela tentativa de separação das províncias ao Sudeste da Nigéria, como a República autoproclamada de Biafra. Nesse momento, a nação recém-emancipada (da Grã-Bretanha, em 1960) – Nigéria – lidava com dificuldades com sua herança colonial, que consistia em um território de extrema diversidade étnica, registrando grandes dificuldades em acomodar todas as etnias importantes do país no governo. Associado a isso, a Nigéria já indicava instabilidade política e econômica, além dos primeiros sinais de corrupção estatal, intrínseca a toda a sua história independente. O conflito deflagrou-se a partir de um conflito entre povos Iorubas e Igbos, visto que os Iorubas estavam no poder e haviam

³ “Itália resgata mais de 1,3 mil imigrantes no mar”. Disponível: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,guarda-costeira-da-italia-resgatou-mais-de-1-3-mil-imigrantes-no-mar-entre-sicilia-e-norte-da-fr,1879600>>. Acesso em: 22/06/2016.

requerido as terras dos Igbos que possuíam reservas petrolíferas. Em resposta, os Igbos criaram a república do Biafra, que por determinado período manteve-se sustentada por investidores estrangeiros que tinham interesses nas reservas (AKINRINADE e OGEN, 2011).

A Nigéria havia atacado Biafra por ar, terra e mar, reduzindo gradativamente o território sob seu poder. Com as forças armadas nigerianas a isolarem Biafra, controlando a entrada de produtos no território, a escassez de alimentos tornou-se crônica, gerando um quadro de fome generalizada, o que provocou a perda de mais de 1 milhão de pessoas em sua população civil. O conflito tem seu fim em 1970, com a reincorporação de Biafra ao território da Nigéria. Após o fim do conflito, a Nigéria registra perdas significativas de mão-de-obra para países ocidentais. Estima-se que desde meados da década de 1970, a população do país já perdeu mais 15 milhões de habitantes, que migraram para países do continente americano e da Europa (AKINRINADE e OGEN, 2011).

Segundo Akinrinade e Ogen (2011), a emigração internacional na Nigéria pode ser datada desde a era pré-colonial. Entre os séculos XIV e XVI, o comércio transatlântico de escravos constitui um marco significativo no deslocamento forçado dos nigerianos para o Novo Mundo. A era colonial igualmente testemunhou a migração em grande escala de trabalho aliciado para plantações, minas e administração pública da Nigéria para países como Camarões, Serra Leoa, Guiné, República do Benin e Gana. Durante este período, e paralelamente à emigração para outros países africanos, nigerianos também migraram primeiro para o Reino Unido e os Estados Unidos, que futuramente viriam a se consolidar entre os principais destinos dos imigrantes nigerianos em busca de vagas em instituições de ensino superior.

A Nigéria é um importante bloco econômico na África. Segundo o Banco Mundial (2015), o país mais populoso da África - com uma população estimada em 182,2 milhões de habitantes - ocupa a 8ª posição entre os maiores exportadores de petróleo do mundo. Tal atividade contribui para a crescente riqueza e influência econômica do país. Além da economia petroleira, o país concentra intensa atividade agrícola, setor que detém grande parte das demandas por mão-de-obra. Os setores de telecomunicações e de comércio têm apresentado grande crescimento no país e atraído mão de obra de diversas nacionalidades da África (OIM, 2009).

Assim como a chegada de imigrantes, houve aumentos no contingente de emigrantes nigerianos ao longo dos últimos anos, embora esse quantitativo não seja preciso. Segundo estimativas da OIM (2009), baseadas nas regiões e nos países de destino, o total de emigrantes nigerianos pelo mundo é de 1.041.284. Sudão é o principal destino dos nigerianos, com 24% da população total de emigrantes, seguido pelos Estados Unidos (14%) e Reino Unido (9%). Há registros de grandes perdas de mão de obra qualificada ao longo das últimas décadas na Nigéria. De acordo com Docquier e Marfouk (2006), em 1990, 8% dos nigerianos altamente qualificados formados no país trabalhavam no exterior e em 2000, já correspondiam a uma parcela de 10,7%. Segundo a OIM (2009, p. 58), 90% dos médicos nigerianos que vivem no exterior concentram-se em dois países: EUA e Reino Unido. Portanto, o setor médico corresponde ao mais afetado pela perda de mão de obra qualificada.

Após a compreensão em torno de indicadores históricos, políticos e socioeconômicos que envolvem as emigrações internacionais da Nigéria, daremos continuidade ao estudo, direcionando a análise, no próximo capítulo, ao movimento de imigração de nigerianos para o Brasil e os fatores que o orientam.

4. NIGERIANOS NO BRASIL: TRAVESSIAS E ASPIRAÇÕES

4.1 – Imigração e políticas migratórias no Brasil

No intuito de compreender o fluxo migratório de nigerianos para São Paulo, esta etapa do estudo se destina à identificação das principais políticas regulatórias de entrada de imigrantes no país. A fim de se caracterizar o atual panorama migratório no país, serão apresentados, subsequentemente, dados estatísticos sobre o volume e a intensificação dessas dinâmicas. Para tal análise, nos guiaremos pela abordagem de Oliveira (2015).

O Estatuto do Estrangeiro (lei de nº 6815), instituído no Brasil em 1980, corresponde à principal ferramenta de regulação de entrada de imigrantes e contém os requisitos para a obtenção de vistos de entrada no país. Para uma abordagem inicial em torno dessa lei e de todo o sistema brasileiro de regulação das migrações, destaca-se o caráter elementar do trabalho e da produtividade enquanto condicionantes das imigrações realizadas no país, conforme se apresenta no artigo 16 do estatuto (BRASIL, 1980):

Art. 16 - A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos.

Elaborado e instituído durante o período de regime militar, o Estatuto é baseado em ideais de segurança nacional, em que a figura do imigrante é considerada uma potencial ameaça à segurança e aos interesses do país, restringindo a mobilidade e entrada de estrangeiros no Brasil, conforme se verifica no artigo 65 da lei (BRASIL, 1980):

Art. 65 - É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais. É passível, também, de expulsão o estrangeiro que: (...) c) entregar-se à vadiagem ou à mendicância.

A partir da Lei 6.815/1980 foi criado o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) a que cabe a articulação das políticas migratórias brasileiras, especialmente as políticas e imigração laboral.

Segundo Oliveira (2015, p. 252), com a diminuição dos fluxos migratórios no Brasil, registrada no decorrer da década 1930, “é a partir da década de 1980 que as migrações retomam alguma relevância na agenda nacional”. Carvalho (1996) estima que o saldo migratório dessa década apresentou-se negativo em cerca de 1,5 milhão de pessoas, que dentre outros destinos, se deslocaram, principalmente, para os EUA.

Nos anos 1990, o balanço migratório continuou negativo para o Brasil, que incorpora entre os principais destinos, “o Japão e países da Europa, especialmente, Portugal, Espanha, Itália e Reino Unido”. O autor destaca que na época, “em função das assimetrias no desenvolvimento econômico e social”, associavam-se ao Brasil fluxos migratórios de baixos contingentes, com origem em países também sul-americanos, tais como Paraguai e Bolívia (OLIVEIRA, 2015, p. 259).

Em virtude da crise econômica que vem a atingir os países desenvolvidos que constituíam os principais destinos de brasileiros, ao final da primeira década dos anos 2000, registra-se, no Brasil, a intensificação das migrações de retorno, sobretudo em virtude da ampla redução das vagas de emprego nos mesmos. Esse momento também assinala a intensificação da chegada de estrangeiros, em fluxos originários de países

como Bangladesh, Haiti e países da África Ocidental, tais como Senegal, Nigéria, Congo, entre outros (OLIVEIRA, 2015).

Esse contexto de novas dinâmicas migratórias no caso brasileiro escapava à regulação por parte do poder público, visto que o aparato legal não abrangia tais questões. Perante tal panorama, o Brasil adota políticas no sentido de documentar os estrangeiros em seu território. O CNIg passa, então, a emitir resoluções pontuais e isoladas, de acordo com o surgimento de cada questão. Dado os avanços nos aspectos humanitários, como acordos de proteção e livre circulação dos trabalhadores do MERCOSUL, e a adesão de medidas de proteção aos imigrantes, como a Convenção Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Pessoas, em 2004, a política migratória brasileira encontra-se fragmentada e “longe de afrontar as questões migratórias com a necessidade e a profundidade requeridas” (OLIVEIRA, 2015, p. 260).

Dada a ausência de organicidade por parte das políticas migratórias brasileiras, instrumentos de efetivação dos direitos do imigrante vão sendo construídos ao decorrer dos anos, conforme o surgimento de novas demandas e assumem caráter complementar ao Estatuto do Estrangeiro (lei 6.815/80). Podem ser mencionados como exemplos: resoluções direcionadas aos estrangeiros na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (decreto-lei nº 5.457/1943), tais como o artigo 354, que estipula um contingente máximo de estrangeiros empregados por empresa (1/3 do quadro geral de funcionários); a lei de refúgio (nº 9.474/97) e a criação do Conselho Nacional para os Refugiados – CONARE; e a emenda constitucional (lei nº 8.745/93), que permite a contratação de professores e pesquisadores estrangeiros pelo Serviço Público Federal (SICILIANO, 2013).

4.1.1 – Nigéria: sobre as solicitações de refúgio no Brasil

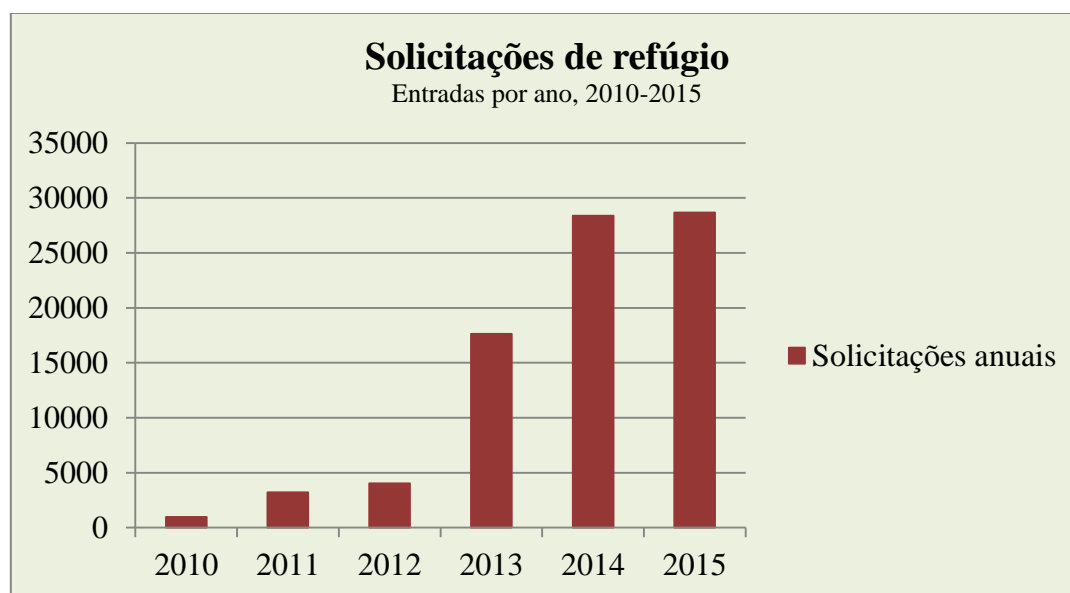
Visto o constante processo de revisão e criação de instrumentos complementares ao Estatuto do Estrangeiro na legislação migratória do Brasil, nos interessa dimensionar, de maneira aproximada, a entrada de imigrantes e refugiados nigerianos no país. Para a apresentação de tais informações, tomaremos dados oficiais do Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE ⁴.

⁴ CONARE. *Sistema de Refúgio Brasileiro: desafios e perspectivas*. ACNUR, 2016. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Sistema_de_Refugio_brasileiro_-_Refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf?view=1>. Acesso em 14/06/2016.

O CONARE é composto por sete membros ministeriais, sendo esses correspondentes aos ministérios da Justiça, Relações Exteriores, Trabalho e Previdência Social, Saúde, Educação e Esporte. Os ministérios se articulam com o Departamento de Polícia Federal, o ACNUR e a Caritas Arquidiocesana de São Paulo e Rio de Janeiro. Em suma, cabe ao Comitê determinar se um solicitante apresenta as condições necessárias para ser considerado um refugiado, a promoção de apoio legal ao estrangeiro e a promoção de políticas visando assistência e apoio àquele declarado como refugiado.

Os dados apresentados pelo CONARE no relatório intitulado *Sistema de Refúgio Brasileiro: desafios e perspectivas* (2016) apontam para um crescimento contínuo geral das solicitações de refúgio, entre os anos de 2010 e 2015, com um aumento de 2868%, sendo que o crescimento de indivíduos declarados refugiados no país corresponde a 127%. De acordo com o levantamento, 2015 apresenta-se o ano com o maior número de solicitações de refúgio (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Solicitações de refúgio no Brasil (2010-2015)

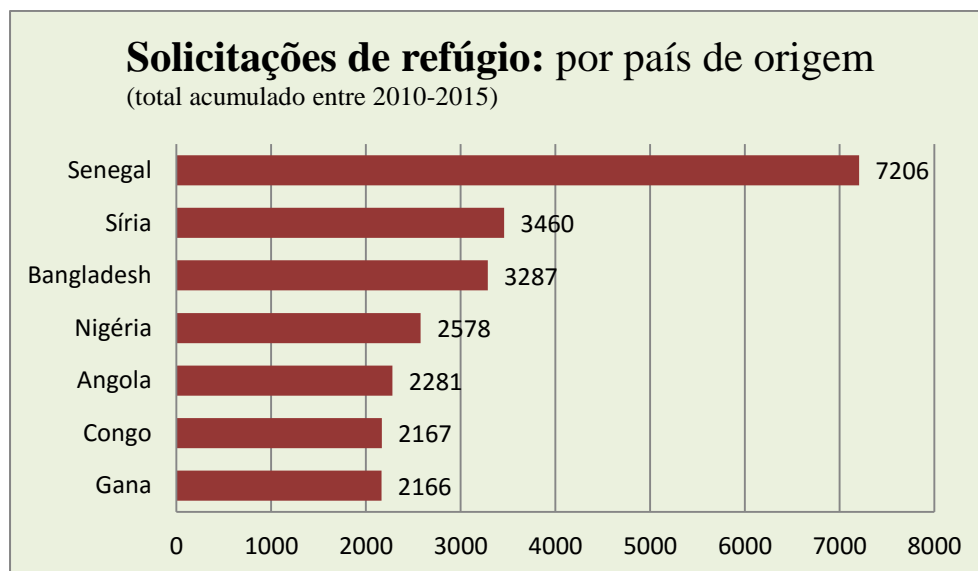


Fonte: CONARE (2016).

Entre os países que mais emitiram solicitações de refúgio no Brasil, o Haiti (que não consta no Gráfico 3) ocupa o primeiro lugar, com o total de 48.371 solicitações acumuladas entre os anos de 2010 e 2015. Dentre as nações africanas, a Nigéria ocupa a

segunda posição em solicitações de refúgio (com o total de 2578 solicitações), ficando atrás apenas do Senegal, que registrou 7206 (CONARE, 2016).

Gráfico 3 - Solicitações de refúgio por país de origem (não incluídas solicitações do Haiti)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do CONARE (2016).

O relatório do CONARE (2016) ainda revela informações sobre os processos de solicitações de refúgio no país em pendência. A lista de nações africanas é liderada pelo Senegal, com 24,51% do total de solicitações pendentes, seguido pela Nigéria, com 10,03% e Gana, com 8,7%.

A Nigéria apresentou, entre o período de 2010 e 2015, uma baixa quantidade de pedidos de refúgio indeferidos, com um valor total de 372, o que permite deduzir que a maior parcela das solicitações de nigerianos aceitas pelo CONARE, corresponde a solicitações realizadas por indivíduos em contextos de instabilidade política ou religiosa, conforme verificado no norte do país, com as tensões geradas pela ação de grupos religiosos extremistas.

Durante o período desta pesquisa foram acionados o Consulado e a Embaixada na Nigéria, a fim da obtenção de dados acerca da população total estimada desses imigrantes no Brasil e em São Paulo (legais, ilegais), porém ambos os órgãos não nos contataram.

4.2 – Considerações sobre a inserção do imigrante no mercado de trabalho brasileiro

Ao desenvolvermos um debate em torno da mobilidade do trabalho, faz-se necessário que delimitemos os principais elementos para a análise dos fluxos migratórios contemporâneos, segundo a perspectiva crítica, como nos interessa analisar o fluxo migratório nigeriano para o Brasil.

Segundo Souza (2010), atribui-se à crise de produção e do capital, a mobilização das forças de trabalho, envolvendo grandes contingentes de trabalhadores em deslocamentos geográficos. A sociedade produtora de mercadorias é movida a partir do trabalho. Portanto, quando um dado espaço já não suporta a absorção de mão de obra, os fluxos se orientam para locais que suportem tais contingentes.

Gaudemar (1977), a partir de seu ponto de vista crítico-marxista, ultrapassa as concepções clássicas que abordam a mobilidade do trabalho como um fenômeno associada meramente a fatores espaciais. A mobilidade do trabalho, segundo o autor, tem origem nos processos de reprodução do capital. “É o uso da força de trabalho como mercadoria que põe fim à imobilidade do trabalho (...)” (GAUDEMAR, 1977, p. 209).

Segundo a perspectiva de Gaudemar (1977), a circulação das forças de trabalho atribui-se à submissão do trabalhador às demandas do mercado. Partindo dessa noção de mobilidade do trabalho ligada à flexibilização do trabalhador, podem-se abordar os movimentos migratórios, primeiramente, atrelados ao contexto da reestruturação produtiva.

O contexto da reestruturação produtiva é caracterizado por grandes transformações em nível global. As dinâmicas inerentes a esse processo contribuem para a emergência de ciclos de migração em determinados países, de modo em que muitos deles caracterizem pela chamada “cultura de emigração” e, em alguns casos, apresentem grandes parcelas de seu PIB vinculadas à emissão de grandes remessas de mão-de-obra ⁵ (CAVALCANTI, 2015).

Logo, a fim de uma compreensão acerca das migrações no Brasil segundo as dinâmicas produtivas contemporâneas, faz-se pertinente a este estudo a coleta e apresentação de dados referentes às relações entre imigração e mercado de trabalho.

⁵ Em países como El Salvador, Haiti e Honduras, a movimentação de capital vinculada às remessas de migrantes chegam a ultrapassar 20% do PIB (Parela e Cavalcanti, 2013).

Figura 1 – Lanchonete se torna ponto de encontro de imigrantes nigerianos no Centro de São Paulo



Fonte: Foto de Ian Nogueira, jan. 2016.

O contingente de imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro apresentou um crescimento significativo dentro da última década. Segundo Cavalcanti (2015, p. 37), os atuais fluxos migratórios para o Brasil se diferem daqueles registrados no século XIX, que eram movidos por ideais de ocupação de territórios e “embranquecimento” do país. O autor observa a diversificação dos fluxos migratórios no país, dada à origem em diversos países da América Latina, Caribe e África Ocidental (migrações sob o eixo Sul-Sul): entre os anos de 2011 e 2013, o número de imigrantes no trabalho formal cresceu 50,9%. No ano de 2013, os imigrantes haitianos passaram a compor a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal brasileiro, ultrapassando os portugueses.

No que se refere à questão de faixa etária, apontando para a centralidade do trabalho nos novos fluxos migratórios brasileiros, o estudo de Cavalcanti (2015) indica a presença de grande parcela dos estrangeiros com vínculo no mercado de trabalho em idade produtiva, compreendida entre 25 e 50 anos. Entretanto, esses fluxos migratórios têm sido submetidos a uma lógica típica dos países tradicionalmente receptores das imigrações: “Em sua maioria, os imigrantes contam com uma formação profissional superior, mas no momento de incorporação no mercado de trabalho descendem na escala laboral e, portanto, social” (CAVALCANTI, 2015, p. 41).

Embora uma parcela significativa dos imigrantes possua qualificação profissional (em nível técnico ou superior), estes se encontram sob o exercício de

atividades aquém de suas experiências e formações nos países de origem. Estima-se que 38% dos imigrados entre 2011 e 2013 possuem formação superior, enquanto 30%, o ensino médio completo. Entretanto, a renda média mensal do imigrante não corresponde à sua formação; 53% destes recebem entre 1 e 3 salários mínimos (CAVALCANTI, 2015).

No entanto, entre as cidades que concentram a maior população de imigrantes, como São Paulo, iniciativas de integração e inserção do imigrante no mercado de trabalho têm sido empreendidas por parte de programas governamentais ou organizações independentes, tais como o Feirão de Empregos do Centro de Integração e Cidadania (CIC) promovido na Barra Funda, em São Paulo ⁶ ou as ações da Missão Paz, no Centro da cidade.

O perfil do imigrante do início do século XXI no Brasil deve ser investigado, visto que este reúne informações histórico-estruturais a respeito do atual contexto produtivo do capitalismo. Para tal análise, foi adotada como recorte empírico a mobilidade dos trabalhadores imigrantes nigerianos para a cidade de São Paulo, através do eixo Sul-Sul. No que diz respeito à integração ao capitalismo global, os imigrantes de origem periférica deixam a Nigéria, predominantemente, sob a condição de refugiados ou por meios ilegais de deslocamento, e se direcionam ao Brasil, onde buscam a reconstrução e realização de suas vidas por meio do trabalho, integrando forças produtivas às empresas locais ou ao trabalho autônomo.

4.2.1 – Remessas de recursos dos imigrantes nigerianos em diáspora

De acordo com o relatório da Organização Internacional para Migrações – OIM intitulado *Migration and Remittances Factbook* (2016), o número de migrantes aumentou rapidamente nos últimos anos, em virtude de variados fatores: oportunidades de trabalho, conflitos internos e guerras. Segundo a OIM (2016), o envio de dinheiro realizado por imigrantes a familiares em seus países de origem corresponde ao fluxo anual de US\$ 441 bilhões, volume de capital equivalente a mais que 10% do PIB de 25 países em desenvolvimento.

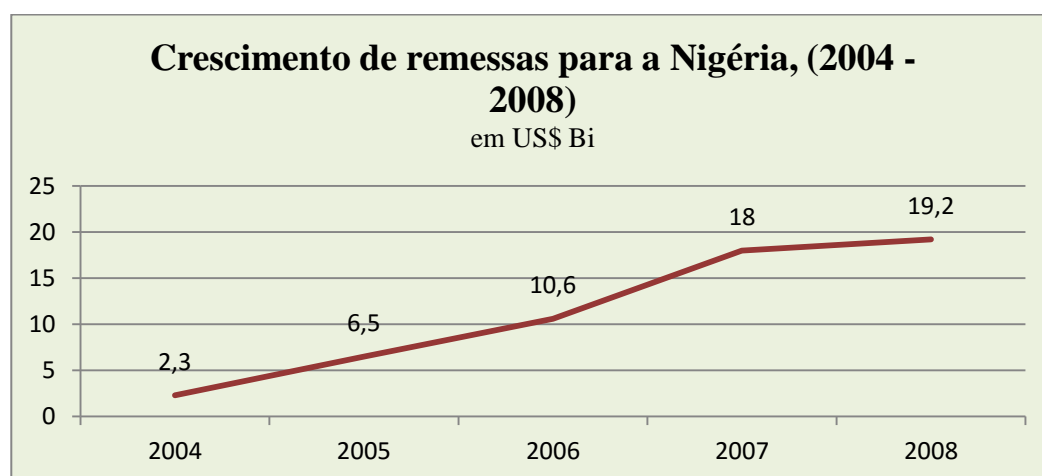
Tais fluxos monetários podem, por sua vez, representar contribuições ao imigrante e aos indivíduos relativos a ele e, portanto, abordá-los torna-se relevante às

⁶ “3º Feirão do Emprego e Cidadania reúne imigrantes na capital”. Disponível em: <<http://www.emplo.gov.br/3o-feirao-do-emprego-e-cidadania-reune-imigrantes-na-capital/>>. Acesso em 15/06/2016.

análises em torno das migrações no contexto da reestruturação produtiva, assim como no presente estudo, que vislumbra a análise da imigração nigeriana para o Brasil, mais especificamente para a cidade de São Paulo.

Segundo a OIM (2009), entre os anos de 2004 e 2005, o envio anual de remessas para a Nigéria aumentou de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 6,5 bilhões, respectivamente. O intenso aumento desses envios de capital para o país alcançou o volume de US\$ 19,2 bilhões, conforme demonstrado no Gráfico 3:

Gráfico 4 – Crescimento do envio de remessas para a Nigéria

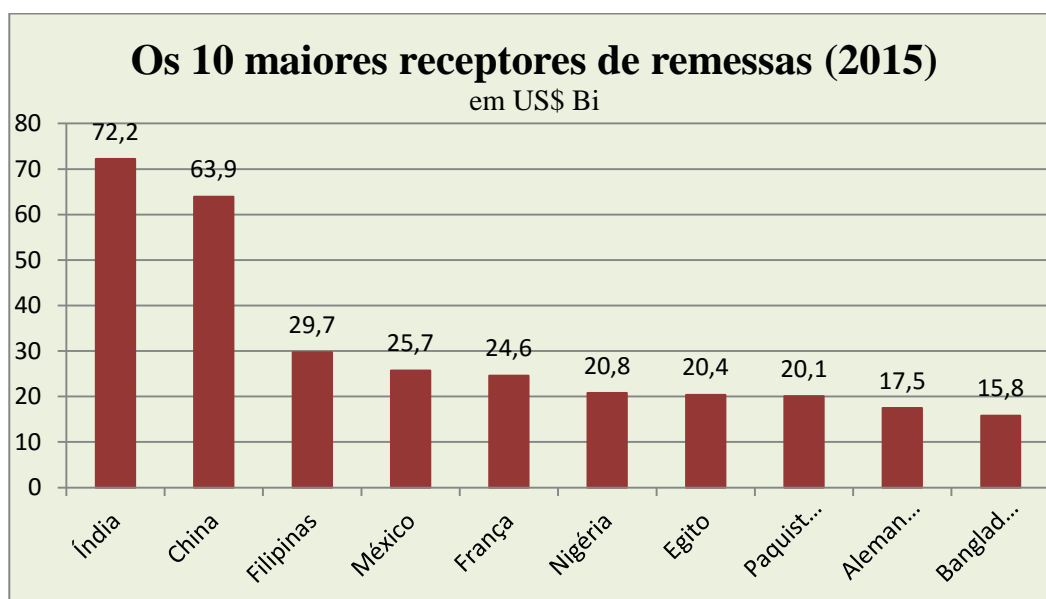


Fonte: elaboração própria a partir dos dados da OIM (2009).

De acordo com a OIM (2016), em 2015 o envio de remessas de capital para a Nigéria correspondeu a US\$ 20,8 bilhões, de modo em que se manteve o crescimento alcançado em 2008. Entre os 10 maiores destinos do mundo de tais remessas de capital, a Índia ocupou a primeira posição, totalizando US\$ 72,2 bilhões anuais.

A Nigéria ocupou o sexto lugar nesse ranking e, entre os países do continente africano, atingiu a primeira posição, seguida apenas pelo Egito nessa lista (OIM, 2016).

O crescimento do envio de remessas para a Nigéria, indicado pelos dados da OIM (2016), sinaliza a intensificação dos fluxos emigratórios no país, assim como da inserção, de modo geral, do imigrante no mercado de trabalho. A amplificação da abertura de vagas de trabalho especificamente destinadas a imigrantes - conforme verificado em São Paulo -, aponta para a emergência desta demanda por parte do atual modelo produtivo, de uma mão de obra mais barata e mais flexível, seja no âmbito contratual ou da mobilidade.

Gráfico 5 – Os 10 maiores receptores de remessas (2015)

Fonte: OIM (2016).

As informações apresentadas pela OIM (2016) tornam-se pertinentes conforme o intuito deste estudo, que por sua vez vislumbra a contextualização das migrações no âmbito da reestruturação produtiva. Infere-se dos dados estatísticos apresentados acima, referentes às remessas de capital associadas aos fluxos migratórios nigerianos, que as migrações assumem cada vez mais relevância no repertório do país. Tais fluxos se consolidam de acordo com uma dinâmica estabelecida a partir da inserção do imigrante no mercado de trabalho em uma nova localidade e realização de sua vida social, dentro de uma lógica de mobilização do trabalho, segundo as demandas apresentadas no âmbito produtivo a nível global.

4.3 – Guaianases: a formação de um novo bairro imigrante

4.3.1 – Identificando o bairro

Situado à Zona Leste, a 40 km de distância do centro paulista, o bairro de Guaianases compreende uma área de 8,6 km² e uma população total de 164.512 habitantes, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010).

A origem do bairro, assim como a de Itaquera - bairro vizinho -, é associada à catequização em missões jesuítas realizadas nos aldeamentos indígenas do povo

Guaianás. Segundo informações disponibilizadas pela prefeitura de São Paulo ⁷, por volta da década de 1820 toda a população dos Guaianases já havia sido extinta de suas terras, que foram tomadas por grandes proprietários. Então, o local constituiu-se enquanto ponto de parada e passagem de viajantes.

O povoado, até então chamado de Lajeado Velho, tem seu crescimento e concentração orientados pela construção da Capela de Santa Cruz do Lajeado em 3 de maio de 1861, em terras doadas pelo Sr. Manoel Joaquim Alves Bueno, o então proprietário das terras do Vale do Ribeirão do Lajeado. Portanto, atribui-se à referida data o início do bairro, que por sua vez vem a apresentar um crescimento significativo a partir da década de 1920 com a instalação de olarias no local e a abertura da Estrada de Ferro Norte, em que chegaram imigrantes espanhóis e italianos, atuantes inicialmente nas olarias e no comércio (PMSP, 2016).

O bairro recebeu o nome oficial de Guaianases em 24 de dezembro de 1948. No ano de 1950 sua população já ultrapassava 10 mil habitantes. Entretanto, em virtude de seu crescimento populacional e a ausência de indústrias, a formação do bairro se orienta conforme as demandas de força de trabalho do centro mediante os deslocamentos feitos por Maria Fumaça e posteriormente, em 1958, trem elétrico. O bairro de Guaianases passa a ser denominado como “cidade-dormitório”, conforme apresentado por Lemos e França (1984, p. 10), quando se referem ao crescimento das periferias de São Paulo em um estudo sobre o bairro de Itaquera:

É a partir de então que os pacatos subúrbios servidos pela estrada de ferro, participando alguns do "cinturão verde", outros já tendo evoluído como "cidades-dormitório" para a mão-de-obra da indústria nascente, vão integrar-se ao centro urbano. Tal integração se faz num processo tentacular e avassalador da grande cidade, de início sem mesmo privilegiar direções.

Atualmente, o centro de Guaianases constitui-se às bordas da estação de trem atendida pela Linha 11 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), que corresponde à última estação do chamado Expresso Leste, que liga a estação da Luz, no centro de São Paulo, à Estação Terminal Guaianases ⁸.

⁷ Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_l/coracoralina/index.php?p=4238>. Acesso em 09/06/2016.

⁸ Disponível em: <<http://www.cptm.sp.gov.br/sua-viagem/Pages/Linhas.aspx>>. Acesso em: 09/06/2016.

Figura 2: Avenida Sansão Castelo Branco em Guaianases



Fonte: Foto de Ian Nogueira, jan. 2016.

Verificou-se uma baixa disponibilidade de dados historiográficos locais para a construção desta breve abordagem em torno da formação de Guaianases. Não se pode indicar ao certo o período das primeiras chegadas do indivíduo negro ao bairro. Contudo, é válido destacar a função de protagonismo atribuída - pela historiografia brasileira amplamente difundida - aos imigrantes europeus, no que diz respeito à formação e desenvolvimento urbano, sobrepostos aos negros - parcela considerável da população de bairros periféricos como Guaianases, onde corresponde a 47,3%, segundo o IBGE (2010).

4.3.2 – Imigrantes nigerianos em Guaianases

A presença de imigrantes negros nos vagões de trem da Linha Coral (CPTM) já se apresenta expressiva antes mesmo do desembarque realizado na estação Guaianases, onde senegaleses, sobretudo, realizam o comércio informal de produtos importados.

Logo, numa breve observação pelas ruas do bairro nota-se a manifestação intensa de imigrantes negros, seja em frente aos novos estabelecimentos comerciais, em trajetos pelas ruas, rumo à estação de trem ou até mesmo no campo de futebol localizado na zona central do bairro.

Para uma análise acerca das particularidades da imigração na cidade de São Paulo, é necessário que caracterizemos a presença do imigrante no bairro a partir das dinâmicas migratórias contemporâneas de acordo com a ótica do trabalho, e nos

concentremos no atual contexto produtivo, assim como os fatores e dinâmicas sociais que produzem as migrações.

Para tanto, partiremos da classificação de “fato social total” atribuída por Sayad às imigrações (1998, p. 16):

Falar da imigração é falar da sociedade como um todo, em sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica (...) e também sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento; mas com a condição de não tomarmos deliberadamente o partido de mutilar esse objeto de uma de suas partes integrantes, a parte relativa à emigração. De fato o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa em seu território; o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa.

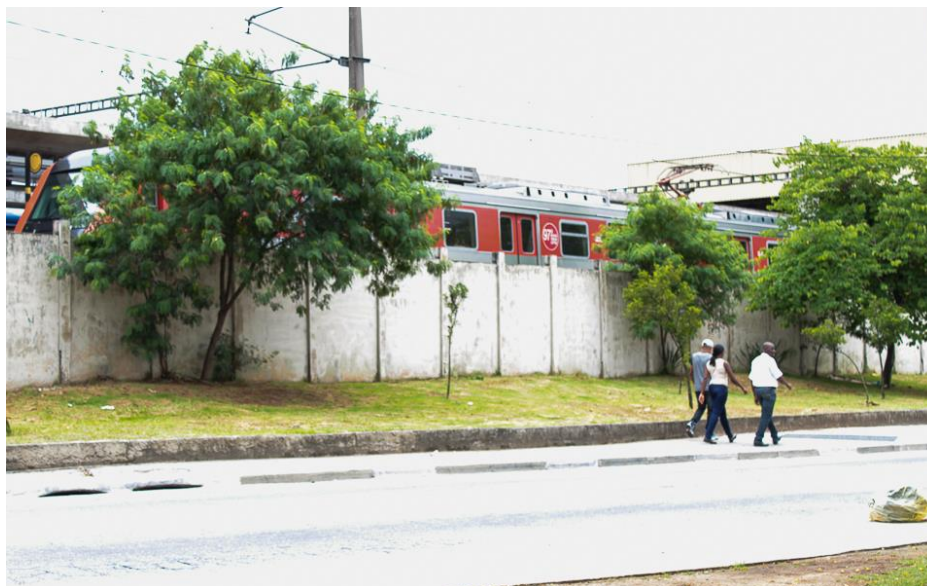
É, portanto, um critério social que faz do estrangeiro um imigrante. Este é o estrangeiro que faz uso das estruturas sociais e compete no mercado de trabalho do país de destino. Essa distinção entre estrangeiro e imigrante carrega em si diversas outras problemáticas derivadas de uma aparente simples migração. Os movimentos migratórios constituem-se atividades complexas e controversas que têm tanto origem em fatores sociais e econômicos quanto produzem importante impacto nessas mesmas esferas.

De acordo com Sayad (1998), a expansão econômica cria demandas de mão-de-obra imigrante e, ao contrário do que se pensa, a sociedade a acolhe de maneira positiva, pois reconhece nesse evento a utilidade econômica e social. Os imigrantes situam-se e convivem num estado de provisoriedade.

Sayad (1998, p. 55) define o imigrante como sendo uma força de trabalho, “essencialmente provisória, em trânsito”. Portanto, segundo o autor, a definição de “trabalhador imigrante”, constitui basicamente um pleonasma. Um imigrante, por mais que seja chamado a trabalhar (como imigrante) num país e esteja destinado a morrer na imigração, continua sendo um “trabalhador definido e tratado como provisório, revogável a qualquer momento”. Sua estadia encontra-se, portanto, completamente condicionada pelo trabalho. Esse trabalho, que subordina e justifica a existência do imigrante, se trata de um trabalho atribuído a ele pelo “mercado de trabalho para imigrantes”. Visto que o trabalho reservado aos imigrantes constitui a própria razão de ser dos mesmos, em última instância, no momento em que o trabalho desaparece, o imigrante também desaparece.

O imigrante constitui força de trabalho extra. O seu local de origem o identifica como ausência provisória, ao passo que produz novos imigrantes para ausentar-se em nova escala. Constitui-se então um binômio na representação – e na vida material- entre a calamidade da espoliação local e a situação limite que o imigrante em seu local de destino. Neste sentido Sayad (1998, p. 65) indica que antes de optar pelo deslocamento, o imigrante levanta os ‘custos’ e ‘lucros’ e só irá se dirigir outro país se o saldo se apresentar favorável a tal. Esse balanço também ocorre mesmo no país receptor, em que a princípio, a imigração seria um processo economicamente positivo.

Figura 3 – Imigrantes caminham ao lado da Estação Terminal Guaianases – CPTM



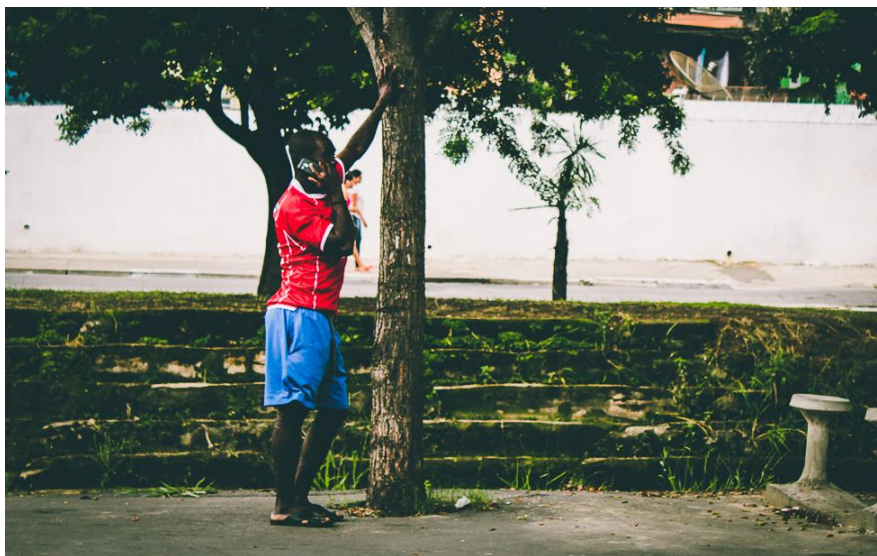
Fonte: Foto de Ian Nogueira, jan. 2016.

O nigeriano V. C., 31⁹, relata que, a partir das orientações dadas por um amigo nigeriano já residente em São Paulo, chegou ao Brasil em fevereiro de 2006, à cidade de São Paulo. O amigo foi responsável pela indicação da cidade e ofereceu suporte durante os processos de pedidos e obtenção de documentação. Após se hospedar em um hotel por duas semanas no Centro, V. se instalou em Cidade Tiradentes - bairro também situado na Zona Leste -, onde residiu por 6 meses. O rapaz afirma que se deslocou até o Brasil em busca de oportunidades de trabalho e melhorias em termos de qualidade de vida, com a esperança de ser selecionado para jogar por algum clube de futebol da cidade, projeto no qual não obteve êxito; “não havia ninguém para mediar os testes nos

⁹ Entrevista concedida ao autor por V. C., morador de Guaianases, na cidade de São Paulo, em 02/01/2016.

clubes de futebol. O idioma também é uma barreira para quem chega”, conforme explica. Logo nas primeiras semanas de estadia em São Paulo foi contratado para trabalhar em um restaurante de proprietários nigerianos localizado no Centro.

Figura 4 – Imigrante nigeriano durante chamada em celular na Avenida Sansão Castelo Branco



Fonte: Foto de Ian Nogueira, jan. 2016.

Nesse referido período V. conheceu sua atual esposa, brasileira e moradora de Guaianases, com a quem teve um filho e vive atualmente. Seu segundo e mais duradouro emprego na cidade foi no setor da construção civil, em que permaneceu até 2014, ano em que abriu sua Lan House situada a poucos metros da estação de trem, na Avenida Sansão Castelo Branco. A fachada do estabelecimento chama a atenção pelo banner escrito em inglês: “Tallest Cyber Café: Internet Browsing International Call Center”¹⁰. Enquanto conversamos em frente ao local V. comenta: “Antigamente você passava aqui na rua e dava medo (...) desculpa por falar assim, mas parecia um lugar abandonado”, diz ao se referir ao bairro no período de sua chegada. Ele é um dos pioneiros no empreendedorismo imigrante em Guaianases e inclusive já concedeu uma entrevista à Folha de São Paulo em matéria sobre a chegada de imigrantes ao bairro¹¹. A repercussão da matéria parece não ter agradado V., visto que este pediu para que não fizéssemos fotos do estabelecimento ou divulgássemos sua imagem.

¹⁰ Tradução livre: “Mais alto” Cyber Café: Navegação na Internet e Call Center

¹¹ Nação Guaianases. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/novo-bairro-imigrante/chegada/informalidade-e-precos-tornam-guaianases-novo-bairro-imigrante.shtml>>. Acesso em 09/06/2016.

Entretanto, torna-se necessário caracterizar a atual conjuntura produtiva e as novas dinâmicas dadas no âmbito do trabalho associadas a ele, para que assim, contextualizemos a emergência de vagas de emprego para imigrantes na metrópole paulista, nos mais variados setores. Harvey (1992, p. 140) define a acumulação flexível como um confronto direto com a rigidez do fordismo:

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

“Havia poucos estabelecimentos no início de 2014”, revela V. Entretanto, em 2016, conforme observado em campo, o bairro já conta com uma rede de serviços orientada, sobretudo, para o atendimento de imigrantes: o centro de Guaianases já dispõe de um escritório de negócios e serviços de informática, duas igrejas cristãs, barbearias e salões de beleza. Todos os estabelecimentos mencionados correspondem a propriedades de imigrantes nigerianos. O entrevistado pontua que ao longo dos anos, as melhorias em infraestrutura urbana, tais como o asfaltamento de avenidas e a abertura de comércios locais (o que inclui a área comercial em que se encontra o seu estabelecimento), contribuem para o desenvolvimento e aumento da qualidade de vida no bairro.

Figura 5 – Cartão de visitas de Lan House



Fonte: Folha de São Paulo, 2015.

Encontrar estrangeiros ao se andar pelas ruas do bairro não era algo comum. V. ainda observa que o crescimento da população nigeriana no bairro se deu aos poucos até meados de 2009, quando as ações terroristas do grupo jihadista Boko Haram passam a motivar a saída de um maior volume de migrantes do país. Desde então, a população nigeriana apresenta crescimento em Guaianases. Segundo o entrevistado, outro momento de grande entrada de imigrantes nigerianos no bairro se deu com a Copa do Mundo de Futebol de 2014. V. acredita que o evento estimulou a chegada de novos indivíduos ao bairro devido, dentre outros fatores, à proximidade do bairro com o Estádio Itaquerão (Arena Corinthians), que recebeu vários jogos da competição. “Eu cheguei aqui pagando 300 reais de aluguel, agora isso já tá custando 750-800 reais (...) agora é bom morar em Guaianases. É um bairro onde todo imigrante quer morar”, conclui. V. também considera a abertura de novas vagas de trabalho um estímulo à imigração, visto que, segundo ele, há 5 anos obter uma vaga de emprego era um desafio.

Apenas no ano de 2015, a Missão Paz intermediou a contratação de 1488 imigrantes de mais de 60 nacionalidades. Foram atendidos pela instituição 71 imigrantes nigerianos ao longo do ano de 2015¹². Certamente deve-se reconhecer a relevância do trabalho de instituições como a Missão Paz no que diz respeito à acolhida e inserção do imigrante no mercado de trabalho. A instituição oferece abrigo, alimentação, atendimento médico, psicológico, cursos de português e ainda media contratações para vagas de emprego imediatas. Entretanto, não se pode deixar de observar que o atual momento de intensa chegada de imigrantes torna-se favorável a situações de exploração de força de trabalho. Notícias veiculadas pelos diversos meios de comunicação retratam oportunismo perante a ampla oferta de mão-de-obra realizada, como em feiras organizadas pela Missão Paz, como casos em que o contratante se recusa a contratar conforme as leis trabalhistas, em longas jornadas de trabalho e baixas remunerações¹³.

Em uma manhã de domingo, as moradoras do bairro Iguatemi (Zona Leste – SP), O. O., 51¹⁴, e I. Y., 27¹⁵, deslocam-se até Guaianases para mais um culto junto a seus compatriotas. O destino é uma cerimônia na igreja cristã protestante Mountain of

¹² Estatísticas 2015. Disponível em < <http://www.missaospaz.org/#!estatisticas/c176s>>. Acesso em 09/06/2016.

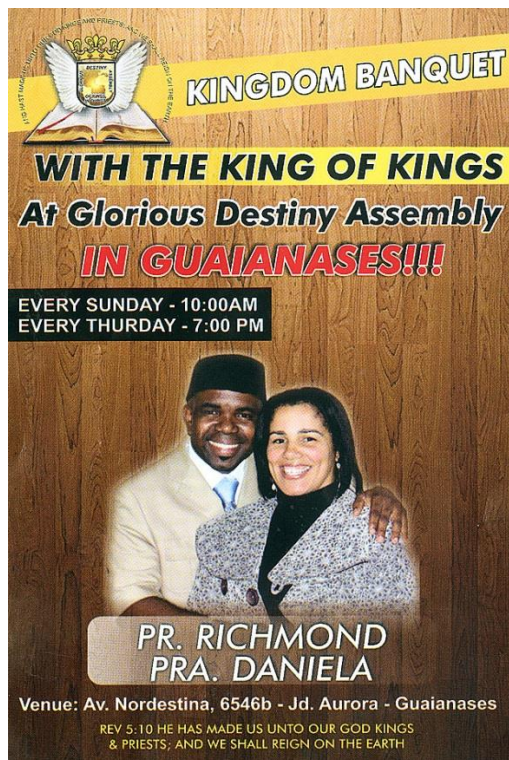
¹³ “Segundo os cálculos da dona de casa, a empregada teria uma jornada de 12 horas de trabalho”. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo-tem-romaria-de-empresarios-para-contratar-imigrantes-13633389>>. Acesso em 09/06/2016.

¹⁴ Entrevista concedida por O. O., moradora de Jardim Marilu, na cidade de São Paulo, em 02/01/2016.

¹⁵ Entrevista concedida por I.Y., moradora de Jardim Marilu, na cidade de São Paulo, em 02/01/2016.

Fire and Miracle Ministries, que tem início às 10h e perdura até às 15h. Trata-se da segunda congregação cristã de nigerianos inaugurada no bairro. As palavras proferidas fervorosamente em inglês e ioruba podem ser ouvidas a metros de distância do estabelecimento situado em meio às casas da Avenida Bom Jesus da Penha.

Figura 6 - Anúncio de igreja nigeriana do bairro (Glorious Destiny Assembly)



Fonte: Folha de São Paulo, 2015.

Mãe e filha, O. e I. chegaram há 18 anos a São Paulo. I. era uma criança e vivia com a mãe e a bisavó em Ilisan-Remo, no estado de Ogum - Nigéria. “Eu não gosto muito de falar de mim, nem de nada relacionado à minha família ou minha origem. Não é por vergonha. É mais por estar cansada de repetir a mesma história, desde pequena”, ela explica.

Hoje graduada em Letras – Francês pela Universidade de São Paulo (USP), a jovem se recorda de sua infância vivida na Nigéria. Sua mãe, O., trabalhava em seu próprio salão de beleza montado em um cômodo na frente de casa. Motivada pela busca por maior qualidade de vida e oportunidades para a filha, O. decidiu deixar o país e viver no Brasil, escolha esta influenciada por uma amiga nigeriana já residente em São Paulo.

“Quando você viaja ao exterior, aqueles que ficam não sabem a situação em que você se encontra no outro país. Geralmente, eles acham que o imigrante está ‘nadando em dinheiro’. É claro que se quer ajudar a família e quem mais puder, mas as pessoas não têm nenhuma consciência de como você vive no exterior, de quais dificuldades passa/passou (...) eu apenas queria que eles vissem além”, declara a tradutora. Em sua percepção, I. pontua que gostaria que o seu país de origem dispusesse de tantas oportunidades quanto as que o Brasil oferece.

Embora resida no Brasil há 18 anos, O., proprietária de um salão de beleza em Guaianases - onde atende principalmente mulheres nigerianas -, prefere se comunicar em inglês. Embora reconheça as oportunidades e conquistas alcançadas na Nigéria, ela afirma que “Deus a tem abençoado muito mais durante a nova vida em São Paulo”. O. demonstra satisfação ao se referir ao convívio com os brasileiros, povo que, segundo ela, “tem o hábito de ajudar as pessoas, empurrá-las para cima”. Ela recorda que ela e a filha vieram ao Brasil juntamente com um pastor, que as ajudou inicialmente nos processos de obtenção de documentação.

Proprietário da recém-inaugurada igreja a que frequentam I. e O., o pastor J., 40¹⁶, que vive há mais de 1 ano em São Paulo, explica que realizou o deslocamento sozinho, por conta própria, mas já vive com a família no bairro de Guaianases. A igreja oferece suporte aos imigrantes recém-chegados no bairro e em poucos meses já conta com a presença regular de aproximadamente 60 membros. O pastor ressalta a função de assistência social da igreja. A permanência no Brasil apresenta-se claramente entre seus planos; após se estabelecerem financeiramente e aprenderem a língua portuguesa, ele e a família pretendem oferecer aulas de inglês gratuitas à comunidade, o que, segundo ele, inclui-se na missão da igreja, de “contribuir para o desenvolvimento”.

Considerando a complexidade das relações de produção no âmbito da metrópole e a chegada de imigrantes nigerianos, dentre indivíduos de outras nacionalidades, à cidade de São Paulo, pode-se inferir que a inserção dos mesmos no mercado de trabalho, seja por meio do trabalho autônomo ou de contratações informais de trabalho, ocorre conforme a lógica de mobilização do trabalho decorrente do processo de reestruturação produtiva.

Conforme já abordado neste estudo, o atual contexto de acumulação flexível (HARVEY, 1992) é caracterizado pela mobilidade do capital e a consequente

¹⁶ Entrevista concedida por J., morador de Guaianases, na cidade de São Paulo, em 02/01/2016.

mobilidade do trabalho. As terceirizações, os contratos informais e a adaptabilidade da produção apresentam-se, então, articulados às oscilações e flutuações do mercado.

Os empregos no setor da construção civil, nos abatedouros e no trabalho autônomo, que predominam entre os modos de inserção do imigrante no mercado de trabalho no Brasil e em São Paulo (item 3.2) caracterizam o atual contexto produtivo. A partir das remunerações obtidas mensalmente em tais formas de contratação, uma parcela dos imigrantes pode realizar o envio de dinheiro para familiares na Nigéria, abrir o próprio negócio em São Paulo ou retornar ao país natal com alguma quantia em dinheiro. Entretanto, é necessário pontuar que muitos outros imigrantes indocumentados e subcontratados podem ser submetidos à mera exploração de suas forças de trabalho por meio dos contratantes, com baixas remunerações e altas jornadas de trabalho.

Portanto, com a avaliação do fluxo migratório nigeriano para a cidade de São Paulo a partir da observação dos imigrantes do bairro de Guaianases e a fim de se alcançar maior detalhamento nesta análise, não só em aspectos relacionados à realização individual do imigrante enquanto ser social, mas como também em dinâmicas associadas ao mercado de trabalho e à realocação de mão-de-obra, busca-se a obtenção de mais elementos para uma análise precisa em torno de tais fluxos associados às dinâmicas produtivas globais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a recente imigração de nigerianos para o Brasil a partir das noções de mobilidade do trabalho envolve uma análise conjuntural que vai além da descrição desse movimento. A intensificação dos fluxos e a emergência de crises configuradas no âmbito das migrações internacionais contemporâneas devem ser pensadas além de uma perspectiva centrada em eventos naturais da mobilidade humana, mas como fenômeno engendrado em relações socioeconômicas a nível global, estruturado conforme as demandas e dinâmicas produtivas inerentes ao modo de produção capitalista. Os fluxos migratórios contemporâneos devem ser analisados enquanto um fenômeno decorrente de processos contraditórios e excludentes associados à reprodução do capital.

Através da análise das políticas migratórias brasileiras, que condicionam a inserção social do imigrante, constatou-se a necessidade de reformulação e unificação de tais políticas, que apresentam influências do seu período de elaboração (Regime Militar). Além de apresentar resoluções restritivas à mobilidade do imigrante, o Estatuto do Estrangeiro orienta as outras diversas leis que regulam a entrada de imigrantes no país e muitas vezes se contrapõem a ele.

A hipótese de que a imigração de nigerianos ocorre sob a influência da reestruturação produtiva foi confirmada, com base na identificação de elementos inerentes ao atual modelo de acumulação flexível realizada no bairro de Guaianases. Os empregos no setor da construção civil, nos abatedouros e no trabalho autônomo, que predominam entre os modos de inserção do imigrante nigeriano no mercado de trabalho no Brasil e em São Paulo, caracterizam o atual contexto produtivo. Tal inserção ocorre segundo a lógica neoliberal, orientada por políticas restritivas à mobilidade do imigrante, mas que favorecem as atividades produtivas devido ao baixo custo de uma mão de obra que se sujeita a estas, devido às limitações de um selo de refúgio ou irregularidade. Em alguns casos, a atuação de missões pastorais ou organizações que realizam a mediação de contratos de trabalho, exercem o papel de perpetuar subcontratações, às quais os imigrantes são submetidos pela urgente necessidade de trabalho.

O crescimento de pequenos empreendimentos verificados em Guaianases também corresponde ao processo de reestruturação produtiva e flexibilização da economia. As grandes remessas enviadas à Nigéria ilustram essa lógica flexível, que correlaciona mobilidade, capital e mão de obra. Os envios de dinheiro a familiares do

imigrante viabilizam o exercício das atividades de produção e consumo em seu país de origem.

Uma proporção considerável dos imigrantes nigerianos que vivem em São Paulo é encontrada em Guaianases, que constitui uma nova comunidade imigrante na cidade e encontra-se inserida na lógica das relações capital-trabalho da metrópole. Embora o setor do comércio e dos serviços se encontre em expansão e já registre novas atividades de trabalho no bairro, as dinâmicas predominantes incluem um itinerário orientado pela malha metroferroviária, em que as cidades-dormitório situadas na periferia estocam grande parte da força de trabalho que atende ao centro.

Por fim, acredita-se que através de uma análise que parta dos fatores condicionantes das migrações e concentre-se nas configurações verificadas em escala local, torna-se possível ter uma visualização mais detalhada em torno dos processos que envolvem as migrações no contexto da acumulação flexível de capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKINRINADE, S, OGEN. O. **Historicising the Nigerian Diaspora: Nigerian Migrants and Homeland Relations**. Turkish Journal of Politics, Vol. 2. 2011.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BECKER, O. M. S. **Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos**. In: CASTRO, Iná E. et al. (orgs). *Explorações Geográficas: percursos no fim do Século*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 320 – 367.

BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. São Paulo: Hucitec, 2016.

BIAGIONI, Daniel. **Mobilidade social e migração interna no Brasil**.

CAMPOS, Gustavo Barreto de. **Dois séculos de imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

CAVALCANTI, Leonardo. **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. In: *Migração e Mobilidade na América do Sul*. Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília, 2015.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; LOBO, Lilia Ferreira; NASCIMENTO, Maria Lívia do. **Por uma invenção ética para os Direitos Humanos**. Rio de Janeiro, 2008.

CONARE. **Sistema de Refúgio Brasileiro: Desafios e perspectivas**. Brasil, 2016.

COURGÉAU, Daniel. **Nuevos Enfoques Para Medir La Movilidad Espacial Interna de la Poblacion**. Santiago, 1990.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa, Editora Estampa, 1977.

GERMANI, G. **Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados à América Latina**. São Paulo, 1974.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo. Edições Loyola, 1992.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. **Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho**. In: Migrações: Discriminação e alternativas. São Paulo. Paulinas, 2004.

IANNI, Octavio. **Globalização: novo paradigma das ciências sociais**. Estud. av., São Paulo, v.8, n.21, p. 147-163, Ago. 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141994000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18/07/2016. Disponível em:

JANSEN, Clifford J. (1969), **Some sociological aspects of migration**, in J.A. Jackson (Ed.), Migration, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 60-73

LEMOS, Amalia Inês Geraiges de, FRANÇA, Maria Cecília. **O bairro de Itaquera: Processo de inserção metropolitana** (História dos bairros de São Paulo; vol. 24). Departamento do Patrimônio Histórico, 1999.

LOPES, C. M. S. **Direito de Imigração: O estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direito humanos**. Porto Alegre, 2009.

LUCÁKS, Giörgy. **Ontologia do Ser Social - Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Zahar, 1975.

MEZZADRA, Sandro. Capitalismo, migraciones e luchas sociales: Lamirada de la autonomia. Nueva Sociedad N° 237, enero-febrero de 2012.

NUNAN, Carolina, PEIXOTO, João. **Crise Econômica e Retorno dos Imigrantes Brasileiros em Portugal**. Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XX, N° 38, p. 233-250, 2012.

OIM. **Migration in Nigeria: a country profile**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, 2009.

OIM. **World Migration Report: Migrant Well-Being and Development**. Geneva, 2013.

OIT. **Profits and Poverty: The Economics of The Forced Labour**. International Labour Office. Geneva: ILO, 2014.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de, OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de. **Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil**. Estudos e Análises: Informação Demográfica e Socioeconômica. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro de. **O Perfil Geral dos Imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos de 2000 e 2010**. In: Migração e Mobilidade na América do Sul. Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília, 2015.

OYOWE, A. **Brain drain: Colossal loss of investment for developing countries**. The Courier ACP-EU, N°159, 1996: pgs. 59-60.

PEIXOTO, João. **As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal: Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional**. Tese de doutorado. Lisboa, 1998.

RAVENSTEIN, Ernst. (1885) **As leis da migração**. In: MOURA, Hélio (org.). Migração interna, textos selecionados: teorias e modelos de análise. Fortaleza, 1980.

SAYAD, Abdemalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. **Imigrantes afro-islâmicos na indústria avícola halal brasileira**. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2013.

SINGER, P. (1976). **Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado**. In: MOURA, H. A. (org.) Migração interna. textos selecionados. Fortaleza, 1980.

VERTOVEC, Steven. **Transnationalism**. New York: Routledge, 2009.

ANEXOS

Mapa 1 - Mapa Político da Nigéria



Fonte: <http://4.bp.blogspot.com/-WG3xEt0RRtc/VdHi8_zWQBI/AAAAAAAAA9c/r7VRIFtW9sY/s1600/nigeria2.jpg>. Acesso em:

22/06/2016.

Roteiro para entrevistas realizadas em Guaianases – SP

Cada conversa deverá abranger os seguintes tópicos/questões:

- 1) Identificação (Idade, lugar de origem na Nigéria, local de trabalho/estudo e há quanto tempo vive no Brasil).
- 2) Apresentação pessoal livre (falar sobre sua vida no país de origem, traçando um histórico/apresentação geral de sua família. Mencionar suas lembranças e impressões sobre o mercado e as relações de trabalho na Nigéria. Expor os motivos e o contexto da migração).
- 3) Já houve outros casos de migração internacional entre membros de sua família? Onde se encontram os seus familiares? Comente.
- 4) Memórias e percepções sobre sua chegada ao Brasil e sobre a chegada de outros imigrantes (histórico de trabalho e moradia em SP, trajetória escolar, acadêmica, dificuldades ou facilidades ligadas ao idioma, raça, custo de vida, etc.);
- 5) Em qual bairro você reside? Fale sobre suas percepções enquanto morador do lugar. (falar sobre melhorias, mudanças na paisagem, presença de outros imigrantes, convivência com brasileiros, vantagens e/ou precariedades da vida no bairro);
- 6) Comente sobre os seus projetos para o futuro (saída ou permanência no Brasil, aspirações no meio profissional, de moradia, etc).